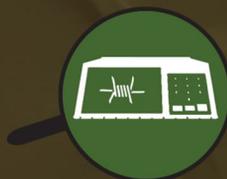




AMBIENTE S/A

COMO O GOVERNO BOLSONARO TRANSFORMOU O
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE EM UM ALIADO
DO SETOR PRIVADO E DOS DESMATADORES



DE OLHO
NAS ELEIÇÕES



DE OLHO
NOS RURALISTAS
Observatório do agronegócio no Brasil

DOSSIÊ BOLSONARO (III)

CONTEÚDOS

DESTAQUES DO RELATÓRIO	3
APRESENTAÇÃO	4
1. O PÚBLICO A SERVIÇO DO PRIVADO	5
Fim de festa	6
Meio ambiente, meias conversas	7
As reuniões antiambientais com a bancada ruralista e o IPA	11
O ambiente a serviço da S.A.	14
2. A (DES)ESTRUTURAÇÃO DO MMA PARA “PASSAR A BOIADA”	22
Novo ministro, destruição continuada	25
Chefes do Ibama ignoram pareceres técnicos e beneficiam empresas	26
Bolsonaristas com agenda destruidora indicam superintendentes do Ibama	28
3. DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL	33
A antipolítica pública de Bolsonaro para o ambiente	33
Enfraquecimento da fiscalização ambiental: um incentivo ao crime	32
4. CONCLUSÕES	38
REFERÊNCIAS	39

EXPEDIENTE

Coordenação

Alceu Luís Castilho
Luciana Buainain Jacob

Edição

Bruno Stankevicius Bassi
Luciana Buainain Jacob

Pesquisa e texto

Alceu Luís Castilho
Bernardo Fialho
Bruno Stankevicius Bassi
Cláudio Eugênio
Lorena Izá Pereira
Luciana Buainain Jacob
Luís Indriunas

Revisão

Alceu Luís Castilho

Infográfias

Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini

Imagem de capa

Renato Aroeira

Projeto gráfico e diagramação

Felipe Fogaça



**DE OLHO
NOS RURALISTAS**

Observatório do agronegócio no Brasil

De Olho nos Ruralistas é uma organização sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e produção jornalística sobre o agronegócio no Brasil. De seus impactos sociais e ambientais.

Do desmatamento à expulsão de camponeses, da comida com agrotóxicos à violação de direitos dos povos indígenas.

Fundado em 2016, enquanto site, e formalizado como associação privada em 2017, o observatório é coordenado pelo jornalista Alceu Luís Castilho, autor de “Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro” (Contexto, 2012).

contato@deolhonosruralistas.com.br
www.deolhonosruralistas.com.br

Data de Publicação: Agosto, 2022

DESTAQUES DO RELATÓRIO

- Os ministros do Meio Ambiente, os presidentes do Ibama e do ICMBio e da Diretoria de Licenciamento Ambiental fizeram desde o início do governo Bolsonaro pelo menos 709 reuniões com membros da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), representantes de empresas privadas e de organizações do agronegócio. O levantamento do De Olho nos Ruralistas diz respeito ao período entre janeiro de 2019 e agosto de 2022.
- Quase dois terços dessas reuniões (65,7%) foram com empresas, em 466 ocasiões; 144 reuniões ocorreram com organizações vinculadas aos interesses do agronegócio, da mineração e de outros setores privados (20,3%).
- Os atuais membros da FPA — a principal expressão da bancada ruralista no Congresso — foram recebidos 99 vezes, ou seja, em 14% das reuniões.
- No mesmo período, organizações não-governamentais (ONG) e movimentos sociais foram recebidos de forma desproporcionalmente inferior: foram menos de dez as reuniões que tiveram com o Ministério do Meio Ambiente.
- As empresas campeãs em reuniões privativas são: Vale S.A., Shell, Neoenergia, Volkswagen e Rumo S.A. Juntas elas contabilizam 109 encontros, 23,4% do total de encontros da pasta ambiental com empresas privadas durante o governo Bolsonaro.
- Os principais postos do MMA — ministros, diretores e superintendentes regionais — não foram ocupados por critérios técnicos, e sim tomados por aliados bolsonaristas. O levantamento também foi feito com exclusividade por este observatório.
- Essa cúpula chefiada por Ricardo Salles e Joaquim Pereira Leite participou da agenda de demolição do ambiente e trabalhou para a desestruturação das ações da pasta, enfraquecimento dos órgãos e estímulo aos infratores. Durante o governo Bolsonaro, o número de autos de infração diminuiu, enquanto o desmatamento da Amazônia alcançou os maiores níveis das últimas décadas.
- O enfraquecimento da proteção do ambiente foi sistemático e constituiu um dos eixos do governo Bolsonaro. O que está em curso desde janeiro de 2019 é muito mais que uma mudança na política ambiental do país; é uma profunda ruptura com o modelo de gestão ambiental pública que vinha sendo construído durante décadas no Brasil.

APRESENTAÇÃO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o órgão responsável por conhecer, proteger e recuperar o ambiente dentro do território brasileiro. A gestão do setor é regulamentada pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), criada em 1981. Essa lei diz que o meio ambiente é patrimônio público e deve ser protegido, pois seu uso é coletivo. Mas o que se vê durante o governo Bolsonaro é a inversão dessa finalidade.

O dia a dia da pasta — conforme dados consolidados pelo De Olho nos Ruralistas — mostra que os interesses privados atropelam o interesse público, enquanto o patrimônio natural é corroído em velocidade acelerada.

Como esse projeto foi efetivado, mesmo diante do quadro global de agravamento dos problemas socioambientais? Quais são os grupos beneficiados pelo desmantelamento das políticas públicas ambientais no país, ao mesmo tempo em que as infrações ambientais são estimuladas, a biodiversidade perdida, o clima ameaçado e os povos do campo e da floresta colocados em risco?

Este relatório, Ambiente S/A, é o terceiro da série Dossiê Bolsonaro, produzida por este observatório durante a cobertura especial intitulada De Olho nas Eleições. Ele descreve os conflitos de interesse que dominam a nomeação dos principais cargos — a exemplo do que foi retratado em relação ao Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra) — e orientam as normativas da pasta.

Essa captura do setor público ocorreu de forma convergente com o enfraquecimento dos principais órgãos do MMA, desde a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2019. O movimento no dia a dia das reuniões desses políticos, chefiados pelos ministros Ricardo Salles e Joaquim Pereira Leite, foi em direção ao setor privado e no sentido do perdão das infrações — e não o da preservação dos biomas, das leis ambientais e do planeta.

Em abril de 2020, Salles consagrou a expressão “passar a boiada”, diante de Bolsonaro e seus colegas de ministério. Como se o projeto de passar leis ambientais mais flexíveis fosse algo ainda a ser realizado, durante a pandemia. Essa “boiada” era bem maior do que a tal flexibilização e já estava sendo tecida em cada reunião com empresários e com a bancada ruralista. Após a sua fala, e mesmo após a repercussão negativa, continuou.

Só que os protagonistas não foram somente os políticos bolsonaristas, alguns deles candidatos nas eleições de 2022. A elite do setor privado, nacional e internacional, participou diretamente dessa destruição.

1) O PÚBLICO A SERVIÇO DO PRIVADO _____



Ricardo Salles e Joaquim Leite, aliados na “privatização” do Meio Ambiente.

(Foto: Divulgação/MMA)

Dois órgãos do Ministério do Meio Ambiente são responsáveis por colaborar com a proteção socioambiental e executar a Política Nacional de Meio Ambiente: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ao Ibama, criado em 1989, compete conceder ou não licenciamento ambiental de empreendimentos, controlar a qualidade ambiental e autorizar o uso dos recursos naturais em nível federal. Seu poder de polícia ambiental inclui as funções de fiscalização ambiental, a aplicação de penalidades administrativas e o monitoramento ambiental, principalmente na prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais. A cargo do ICMBio, criado em 2007, está a administração das Unidades de Conservação (UC) federais. Das 336 UCs federais no Brasil, 145 estão na Amazônia Legal.¹

As atividades dos dois órgãos são cruciais para a promoção de um ambiente equilibrado, a conservação da biodiversidade e a garantia de direitos aos povos da floresta e do campo. Entretanto, está em curso na era Bolsonaro a disponibilização da estrutura e dos recursos públicos aos interesses privados, sejam eles políticos ou econômicos.

Fim de festa

“Não vou mais admitir o Ibama sair multando a torto e a direito por aí, bem como o ICMBio. Essa festa vai acabar”.

Jair Bolsonaro, em dezembro de 2018

A declaração a um mês de assumir a Presidência da República foi feita durante solenidade de formatura de cadetes aspirantes a oficiais do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende (RJ), onde ele estudou nos anos 1970. Sobre uma multa de R\$10 mil que não havia pago ao Ibama por prática de pesca irregular, o presidente eleito declarou, na mesma ocasião: “Vou pagar essa multa? Vou. Mas sou uma prova viva do descaso, da parcialidade e do péssimo trabalho prestado por alguns fiscais do Ibama e ICMBio. Isso vai acabar”.²

Apenas uma dessas duas promessas foi cumprida. Em março de 2019, o servidor do Ibama José Augusto Morelli foi exonerado do cargo de chefe do Centro de Operações Aéreas da Diretoria de Proteção Ambiental. Foi ele o responsável pela ação de fiscalização executada em 2012 — quando Bolsonaro era deputado federal — que autuou e multou o político por crime ambiental na Estação Ecológica de Tamoios, Unidade de Conservação de proteção integral gerida pelo ICMBio, localizada entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty (RJ).³

A multa contra o presidente foi prescrita em dezembro de 2019 e, portanto, não foi paga — essa foi a promessa não cumprida. Por outro lado, a “festa” do Ibama e do ICMBio está, de fato, em vias de acabar sob seu governo.

O presidente não foi o único beneficiado pela escamoteação do processo sancionador do MMA. O atual ministro, Joaquim Pereira Leite, o ex-ministro Ricardo Salles, os presidentes do Ibama e do ICMBio e a Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama (DILIC) receberam — sistematicamente — em seus gabinetes parlamentares comprometidos com a pauta da destruição ambiental, organizações do agronegócio e empresas infratoras durante os três anos e meio de governo, reforçando o compromisso público com setores notoriamente contrários à proteção socioambiental no país. Enquanto isso, como veremos, as taxas de desmatamento voltaram a crescer e a autuação de crimes ambientais caiu acentuadamente em comparação com anos anteriores.

Meio ambiente, meias conversas

“Vocês sabem que ONG não têm vez comigo, não é? Boto pra quebrar com esse pessoal. Não consigo matar esse câncer chamado ONG”.

Bolsonaro, em live semanal de 3/9/2020



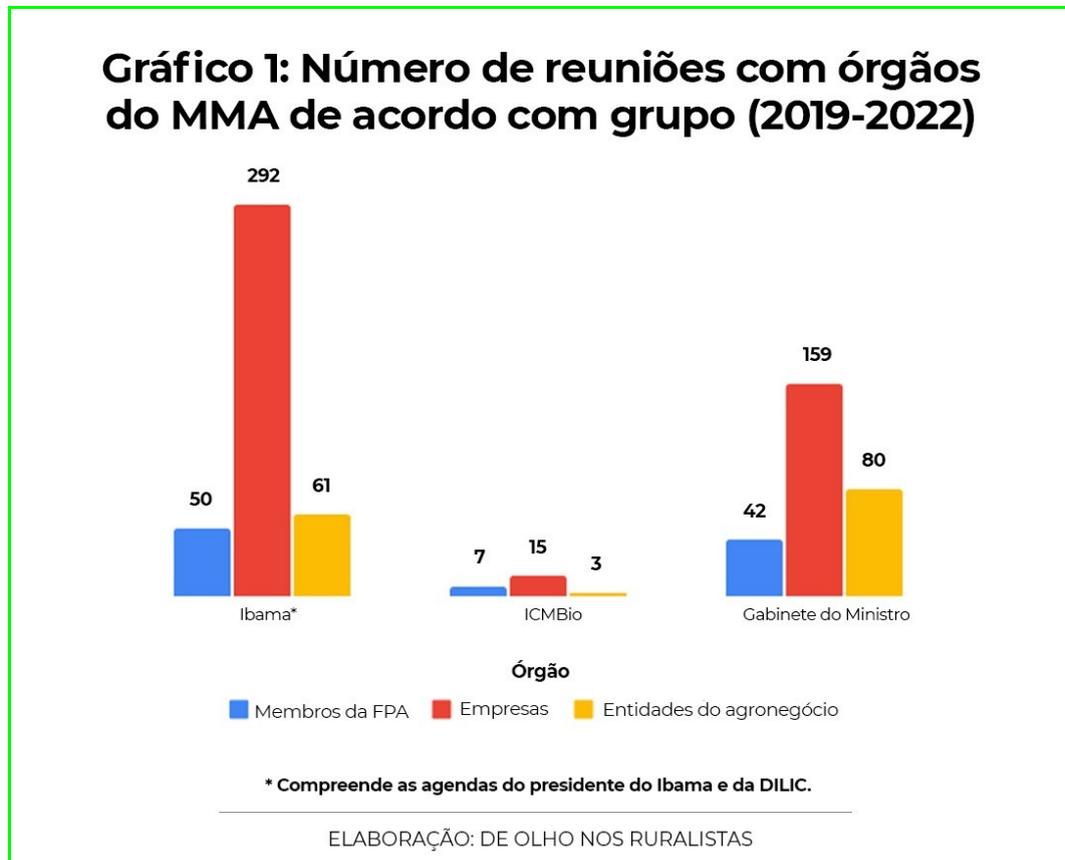
Ministro Joaquim Leite em reunião na Frente Parlamentar da Agropecuária.

(Foto: Divulgação/Agência FPA)

Considerando as agendas dos ministros do Meio Ambiente, dos presidentes do Ibama e ICMBio e da DILIC no período de janeiro de 2019 a agosto de 2022, De Olho nos Ruralistas computou 709 reuniões com membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), representantes de empresas privadas e de organizações do agronegócio e da mineração. Quase dois anos de agenda de Salles não estão disponíveis para o cidadão brasileiro. Mesmo assim, foi possível identificar 466 reuniões dessa cúpula com empresas, ou seja, 65,7% do total. Outras 144 reuniões (20,3%) ocorreram com organizações vinculadas aos interesses do agronegócio, da mineração e de outros setores privados. Em quase cem delas — 99 — estiveram os membros atuais da FPA. No mesmo período, organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais foram recebidos de forma desproporcionalmente inferior pelo MMA: as reuniões não chegaram a dez.

A distribuição das reuniões, de acordo com os órgãos anfitriões, pode ser visualizada no Gráfico 1. É importante destacar que a agenda do período que vai de janeiro de 2019 a outubro de 2020 de Ricardo Salles não está disponível no site da instituição, como preconiza a Lei de Acesso à Informação. De Olho nos

Ruralistas solicitou oficialmente a informação complementar, porém não obteve retorno. Isso inviabiliza a análise total dos encontros de sua gestão, que foi de janeiro de 2019 a junho de 2021.



As empresas são as campeãs de visitas ao Ibama, com 292. Nem sempre os assuntos tratados nas reuniões encontram-se descritos na agenda oficial. Uma vez que o Ibama trata das questões relacionadas às infrações e ao licenciamento ambiental, fica implícito o interesse por trás das conversas. Muitas dessas empresas — como veremos adiante — possuem multas e embargos por crime contra a flora. Elas também lideram as visitas aos ministros e ao ICMBio.

Outro livre trânsito com os ministros ocorreu com membros da Frente Parlamentar da Agropecuária e com organizações do agronegócio, corroborando a famosa declaração de Bolsonaro a ruralistas, em 2019: “Esse governo é de vocês”.⁴

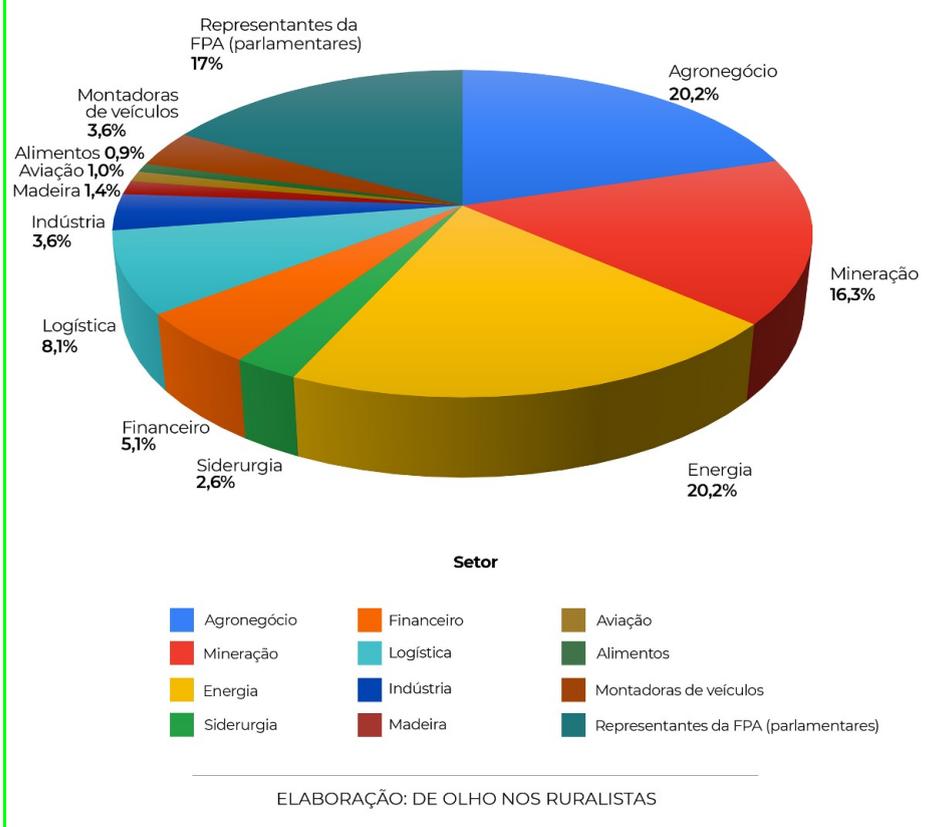
O agronegócio lidera os encontros com os órgãos mencionados (Gráfico 2), em análise por setor de interesse. Ele teve 217 representantes recebidos pela cúpula do ministério, 42 deles provenientes de empresas e 175 de organizações e membros da FPA. As associações, as confederações e a própria Frente

Parlamentar da Agropecuária têm desempenhado papel ativo na articulação para garantir os interesses de seus financiadores: das 48 organizações mantenedoras do Instituto Pensar Agro (IPA), que mantém a FPA, 13 foram recebidas pelo ICMBio, Ibama e ministros do Meio Ambiente durante o governo Bolsonaro, totalizando 58 encontros.⁵

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) esteve em 21 dessas 58 reuniões. Em seguida vêm a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), com sete participações cada. A Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) foi recebida seis vezes. A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), esta última central na FPA, participaram de três encontros cada uma. A Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) esteve em duas reuniões. Participaram de pelo menos uma reunião a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicred).

Além das reuniões multitemáticas com CNA e Abag, sete dessas reuniões ocorreram com o setor de grãos; sete com o setor sucroenergético; sete com uma federação, a Fiesp; seis com o setor de papel e celulose; dois da indústria; um da carne, do setor de agrotóxicos, das sementes transgênicas e tecnologia; do maquinário agrícola e do setor financeiro.

Gráfico 2: Distribuição de reuniões por setor representado



Quando se trata do setor energético os papéis se invertem: dos 118 agentes recebidos, 109 (92,4%) foram empresas privadas. Interessadas, sobretudo, em processos referentes ao licenciamento ambiental, uma das principais pautas do setor na atualidade. Na mineração foram 95 agentes recebidos, sendo 88 empresas (92,6%) e sete organizações representativas. A mineração, especialmente na Amazônia, é um dos pontos centrais do governo Bolsonaro e constitui pauta frequente em escândalos e em projetos de lei que visam a exploração mineral.

As reuniões antiambientais com a bancada ruralista e o IPA



Ricardo Salles em seu habitat, cercado por ruralistas.

(Foto: Reprodução/Agência FPA)

A agenda oficial — e disponível — de Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente no período de janeiro de 2019 a julho de 2021, mostra que ele teve pelo menos 24 encontros com deputados e senadores que atualmente integram a Frente Parlamentar da Agropecuária. Isto nos poucos meses em que é possível acessar sua agenda. Quatro parlamentares se encontraram com Salles mais de uma vez: Neri Geller (PP-MT), três vezes; Aline Sleutjes (PROS-PR), Carlos Viana (PSD-MG) e Coronel Chrisóstomo (PL-RO), duas vezes cada. Estiveram pelo menos uma vez no gabinete de Salles: Carla Zambelli (PL-SP), Carlos Henrique Gaguim (União-TO), Evair Vieira de Melo (PP-ES), Irajá Abreu (PSD-TO), Kátia Abreu (PP-TO), Nelson Barbudo (PL-MT), Pedro Lupion (PP-PR), Sergio Souza (MDB-PR), Vermelho (PL-RR), Major Vítor Hugo (PL-GO), Zé Silva (SD-MG), Zé Vitor (PL-MG), Wellington Fagundes (PL-MT) e Zequinha Marinho (PL-PA). Quase todos candidatos à reeleição. Souza é o atual presidente da FPA.

Joaquim Leite assumiu o Ministério do Meio Ambiente em junho de 2021 e também teve diversos encontros com parlamentares que compõem a FPA. Com o deputado federal Evair Vieira de Melo foram duas reuniões privadas e uma em conjunto com Carla Zambelli. Os deputados Neri Geller e Pedro Lupion e os senadores Kátia Abreu e Zequinha Marinho também estiveram com o novo

ministro, uma vez cada. Assim como os deputados Alceu Moreira (MDB-RS), Arthur Lira (PP-AL), Joaquim Passarinho (PL-PA), Covatti Filho (PP-RS), Marcelo Aro (PP-MG), Jerônimo Goergen (PP-RS), Cleber Verde (Republicanos-MA) e Vinícius Poit (Novo-SP). As reuniões foram individuais e com pautas nem sempre disponíveis.

No caso do presidente do Ibama a lista de encontros é maior. Mesmo com períodos de afastamento devido a investigações, Eduardo Bim está no cargo desde janeiro de 2019. Ele teve 50 reuniões diretas com 28 parlamentares que compõem a FPA. O primeiro lugar está em disputa pelo deputado federal Joaquim Passarinho (PL-PA) e pelo senador Luis Carlos Heinze (PP-RS). Ambos tiveram seis encontros com o presidente do órgão. Heinze e Moreira já presidiram a Frente Parlamentar da Agropecuária. Moreira presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra.

Em seguida vêm Neri Geller, vice-presidente da FPA, e Zequinha Marinho, os dois com quatro reuniões na agenda oficial de Bim. Nelson Barbudo e Pedro Lupion voltam à cena e dividem o terceiro lugar no ranking das reuniões com o presidente do Ibama, cada um com três reuniões. O deputado capixaba Evair de Melo e o senador Wellington Fagundes também reaparecem, com duas reuniões cada um. Mesmo número dos deputados federais José Medeiros (PL-MT) e Darci de Matos (PSD-SC) e dos senadores Marcos Rogério (PL-RO) e Chico Rodrigues (União-RR). Outros conhecidos da pasta — e da FPA — estiveram pelo menos uma vez com Bim: Carla Zambelli, Jerônimo Goergen e Sergio Souza. Assim como o Coronel Chrisóstomo. O chefe do Ibama recebeu ainda Celso Maldaner (MDB-SC), Lúcio Mosquini (MDB-RO), Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), Kim Kataguirí (União-SP), Ronaldo Santini (PTB-RS), João Roma (PL-BA) e Alan Rick (União-AC), este último integrante da bancada evangélica.

A estrutura organizativa do Ibama é composta por diferentes diretorias e frentes de atuação. A DILIC é responsável pelo processo de licenciamento de empreendimentos e, portanto, assume centralidade no atual contexto ambiental. O licenciamento ambiental está previsto no Código Florestal de 2012 e em outras resoluções específicas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). A pauta é central para diversos setores, especialmente agronegócio, mineração e energia. Ela é motivo de embate em torno do PLS 168/2018, conhecido como PL do Licenciamento Ambiental, de autoria do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e de relatoria de Zequinha Marinho, mais uma vez o senador paraense, ambos membros da bancada ruralista.

No ICMBio a tendência se repete: Fernando Cesar Lorencini, ex-policia militar em São Paulo, presidiu o órgão entre agosto de 2020 e outubro de 2021. Ele se reuniu em cinco ocasiões com membros integrantes da FPA. Um deles, Zequinha Marinho. Duas vezes. Jorginho Mello (PL-SC), seu colega no Senado, também, duas vezes. O gaúcho Luis Carlos Heinze também foi recebido por Lorencini. Seu sucessor Marcos Simanovic, atual presidente do ICMBio, teve quatro encontros

com parlamentares da bancada ruralista. Três nomes ainda não apareceram nesta lista: Greyce Elias (Avante-MG), José Rocha (União-BA) e Zé Vitor (PL-MG). O outro, sim: Luis Carlos Heinze, candidato ao governo gaúcho e um dos principais expoentes da bancada ruralista.

Quase todos esses nomes são velhos conhecidos nas pautas de destruição ambiental e de violação de direitos de povos e comunidades originárias e tradicionais. Zequinha Marinho, ao mesmo tempo em que se reunia diversas vezes com o presidente do Ibama, chamava fiscais do órgão de “bandidos e malandros”.⁶ Ele fez esse ataque após uma ação que identificou o corte ilegal de madeira em 1.000 hectares da Terra Indígena Ituna-Itatá, a mais desmatada do país — na qual o senador tem interesse. Marinho é um dos articuladores do lobby da madeira e relator do PLS 168/2018, aquele que flexibiliza o licenciamento ambiental.⁷

Outro paraense, Joaquim Passarinho, defende a legalização do garimpo ilegal e se posiciona a favor da oferta de áreas públicas aos garimpeiros.⁸ Em 2014 o deputado recebeu financiamento das empresas Vale Manganês S.A. e Alubar Metais e Cabos S/A em sua campanha eleitoral. Segundo o documento Quem é quem nas discussões do novo Código da Mineração (2014), cerca de 30% do total arrecadado pelo candidato (R\$ 341.088,66) foi proveniente de empresas ligadas à mineração.⁹ Hoje ele é relator do novo Grupo de Trabalho destinado a debater e elaborar proposição legislativa a fim de alterar o Decreto-Lei n. 227/67 (Código da Mineração).¹⁰ Nada disso o impediu de transitar com frequência pelos gabinetes do MMA.

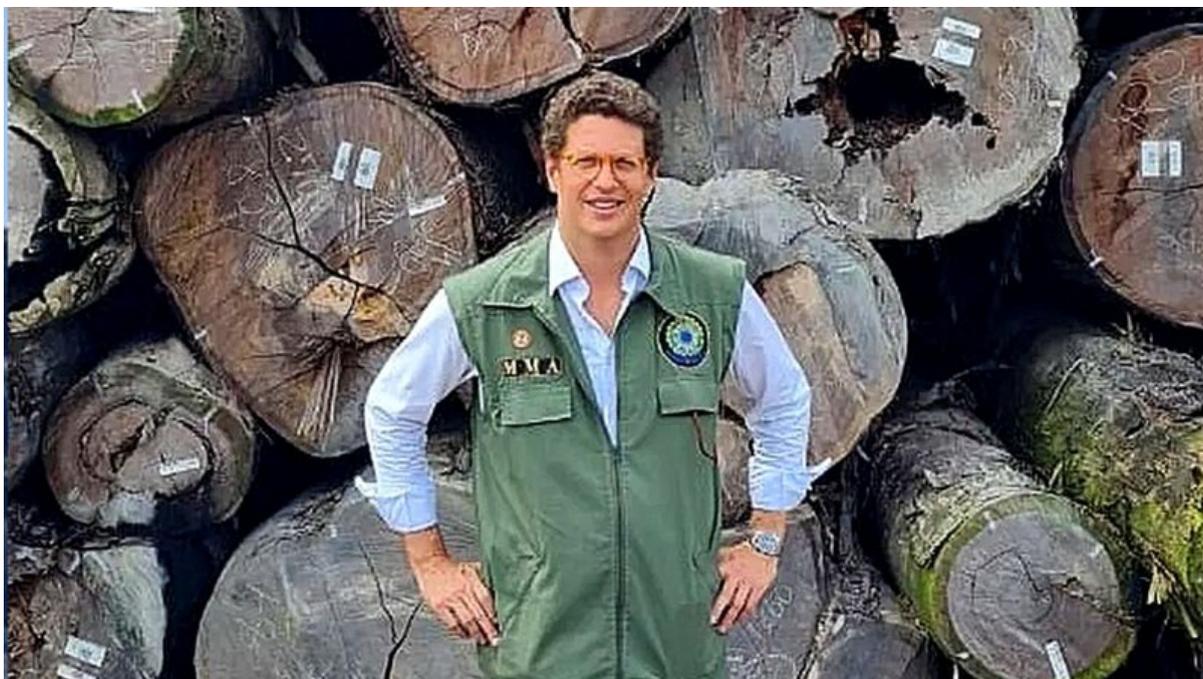
O senador Luis Carlos Heinze é conhecido pelo posicionamento negacionista em temas relacionados à pandemia e às mudanças climáticas. Quando deputado, foi um articulador para aprovação da regularização dos transgênicos e tentou acabar com o selo de identificação para produtos geneticamente modificados. Heinze é proprietário de 1.564 hectares de terras e da empresa Imembuy Alimentos S.A., que produz arroz. Em 2014, candidato à Câmara, recebeu financiamento de grandes empresas como Odebrecht Agroindustrial S.A. e SLC Agrícola, ambas conhecidas pelos conflitos com povos e comunidades tradicionais. Seus projetos de lei atuais são voltados à defesa da regularização fundiária e da propriedade privada. Contra o ambiente, portanto. Além disso, ele já se referiu a indígenas, gays, lésbicas e quilombolas como “tudo que não presta”.¹¹

A própria Frente Parlamentar da Agropecuária reuniu-se quatro vezes com o atual ministro do Meio Ambiente, todas elas em sua sede em Brasília — a mesma do Instituto Pensar Agro (IPA), que reúne as doações do setor privado para a bancada. Das reuniões da FPA com Joaquim Leite, apenas uma contou com a participação do IPA, segundo sua agenda. Na agenda de Eduardo Bim, porém, o presidente do Ibama computa 11 reuniões com a FPA. A maior parte delas foi realizada em seu gabinete.

Merece também atenção especial a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), composta por 27 federações de agricultura e pecuária em escala nacional e presidida pelo bolsonarista João Martins. Figuras importantes da bancada ruralista já passaram pela CNA, como a senadora Kátia Abreu. Leite já se reuniu dez vezes com a CNA durante sua gestão. Mesmo número de encontros com Bim na presidência do Ibama. Poucas pautas foram divulgadas, mas é visível o papel central que a CNA assume acerca do posicionamento do Brasil em relação às políticas de controle das mudanças climáticas. Antes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), a CNA se reuniu quatro vezes com o presidente do Ibama para tratar sobre o evento, com o objetivo de evidenciar o posicionamento do setor.

Outras organizações aparecem na lista de reuniões com representantes da pasta ambiental. A Abrapa, a Associação Brasileira de Produtores de Leite (Abraleite) e a Abag totalizam três reuniões cada uma com Joaquim Leite. A Unica esteve em três encontros, todos com a participação de outros interessados, como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a Copersucar, a Raízen e as empresas do setor automobilístico Volkswagen e Toyota.

O ambiente a serviço da S.A.



Ricardo Salles posa em frente a toras de madeira apreendidas pelo Ibama.

(Foto: Reprodução/Twitter)

A participação das empresas anuncia um cenário ainda mais fluido — e ambíguo. No curto período em que o ministro Ricardo Salles divulgou sua agenda, oito

meses, foram 27 reuniões com empresas privadas de diversos setores, desde o automotivo até empresas mineradoras. As campeãs foram a Vale S.A. e a Volkswagen, ambas com quatro encontros, e a Toyota, com três reuniões. Seu sucessor Joaquim Leite teve 83 reuniões somente com empresas vinculadas ao agronegócio (algumas delas em conjunto com organizações que representam o setor).

Em sua rápida passagem pelo ICMBio, Fernando Lorencini teve seis reuniões com empresas privadas relacionadas ao agronegócio, das quais destacam-se um encontro com a Vale S.A. e outro com a Santo Antônio Energia. Dos 21 encontros que Marcos Simanovic teve até o momento com o setor privado, seis foram diretamente com representantes da Vale. É importante ressaltar que houve mais dois encontros nos quais a mineradora não participou, mas o ponto de pauta era o recurso disponibilizado pela empresa.

O Ibama recebeu uma gama maior de empresas: no total foram 292 encontros entre o presidente Bim, a Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC) e empresas privadas vinculadas ao agronegócio. No ranking estão: Vale S.A., que somada à Samarco Mineração (uma sociedade da Vale com a anglo-australiana BHP) e à Fundação Renova (criada após o crime ambiental da Samarco em Mariana, em 2015), totalizou 39 reuniões; Shell e Neoenergia, ambas com 14 encontros; e Rumo S.A., com 9. Outras empresas que se reuniram com a presidência do órgão foram a Amaggi (2), EDF Renewables do Brasil (2), Anglo American Brasil (1) e Eldorado Brasil Papel e Celulose (1).

O que há de comum entre as empresas mais recebidas pelo MMA é seu descompromisso com as florestas do país: grande parte delas é responsável por cometer crimes contra a flora — incluindo desmatamento — durante o governo Bolsonaro, tornando-as devedoras de multas milionárias para o Estado brasileiro.

Tabela 1 - Empresas que tiveram maior número de reuniões com MMA e possuem multas ambientais milionárias

	EMPRESA	Nº AUTOS DE INFRAÇÃO	VALOR TOTAL DAS MULTAS	Nº REUNIÕES	REUNIÕES
	Vale S.A.	38	R\$ 423.114.250,00	53	Ex-ministro Ricardo Salles (4), ministro Joaquim Leite (3), presidente do Ibama Eduardo Bim (25), DILIC Ibama (14), ex-presidente do ICMBio Fernando Lorencini (1), presidente do ICMBio Marcos Simanovic (6) ^{*1}
	Shell plc	45	R\$ 5.561.890,00	18	Ministro Joaquim Leite (4), presidente do Ibama Eduardo Bim (7), DILIC Ibama (7)
	Neoenergia S.A.	3	R\$ 7.300.500,00	16	Ministro Joaquim Leite (2), presidente do Ibama Eduardo Bim (4), DILIC Ibama (10) ^{*2}
	Volkswagen AG	1	R\$ 50.000.000,00	13	Ex-ministro Ricardo Salles (4), ministro Joaquim Leite (2), presidente do Ibama Eduardo Bim (7)
	Rumo Logística S.A.	37	R\$ 32.432.000,00	9	Presidente do Ibama Eduardo Bim (2), DILIC Ibama (7) ^{*3}
	State Grid Corporation of China (SGCC)	6	R\$ 3.454.500,00	8	Ministro Joaquim Leite (1), presidente do Ibama Eduardo Bim (5), DILIC Ibama (2) ^{*4}
	Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A. (Agro SB)	11	R\$ 16.389.000,00	6	Presidente do Ibama Eduardo Bim (5), DILIC Ibama (1)
	Mineração Rio do Norte S.A. (MRN)	3	R\$ 10.532.000,00	6	Presidente do Ibama Eduardo Bim (1), DILIC Ibama (4), presidente do ICMBio Marcos Simanovic (1)
	Perenco plc	11	R\$ 13.046.000,00	5	DILIC Ibama (5)

*1 (considerando as reuniões da Samarco e Fundação Renova / considerando as multas da Vale S.A., Samarco, Fundação Renova, Salobo Metais, CSP - Companhia Siderúrgica do Pecém e VLI Logística)

*2 (considerando as multas das subsidiárias COELBA e Cia Elétrica Teles Pires S.A.)

*3 (considerando as multas das subsidiárias Rumo Malha Paulista S.A., Rumo Malha Sul S.A., Rumo Malha Oeste S.A., Rumo Malha Norte S.A. e Rumo Malha Central S.A.)

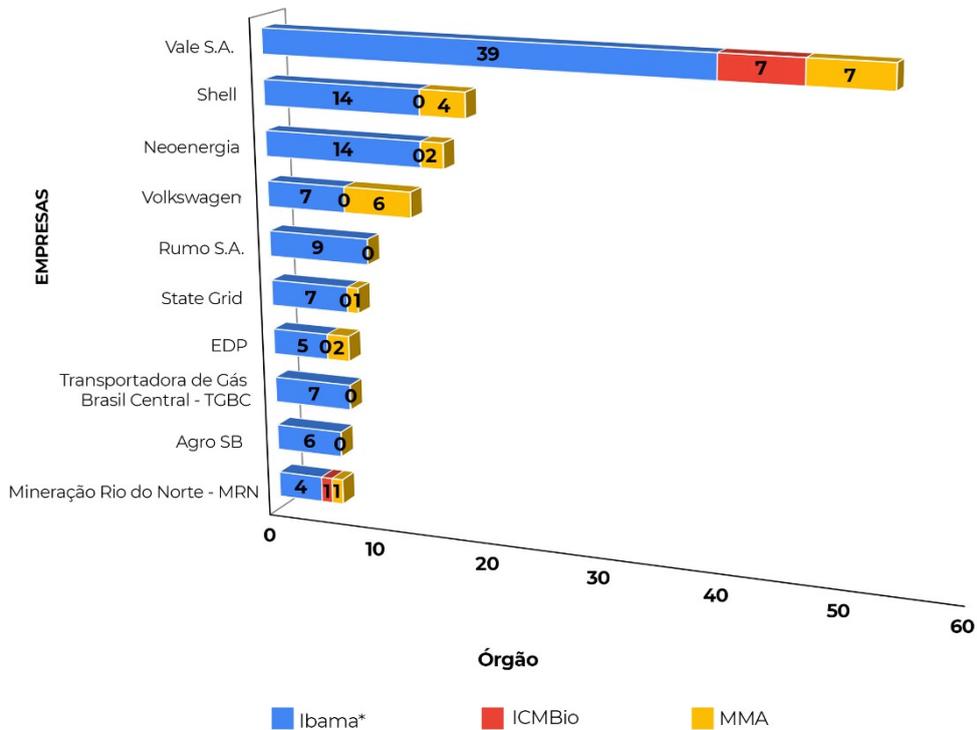
*4 (considerando as reuniões da subsidiária CPFL Energia / considerando as multas das subsidiárias RCE Sul Distribuidora, Xingu Rio Transmissora e Paranaíba Transmissora)

ELABORAÇÃO: DE OLHO NOS RURALISTAS

A Vale S.A — incluindo Samarco, Fundação Renova, Salobo Metais e CSP — é a empresa campeã de multas e de visitas ao MMA durante o governo Bolsonaro. Somente essa empresa teve 53 vezes mais encontros com o órgão federal que, por exemplo, a WWF-Brasil, umas das principais organizações não-governamentais que atuam contra a degradação ambiental no país. A WWF esteve no MMA apenas uma vez.

As empresas que perambulam pelos gabinetes e salas de reuniões dos órgãos da pasta ambiental são de múltiplos setores, desde aqueles inseridos diretamente no escopo do agronegócio, até aqueles mais amplos, como empresas vinculadas ao capital especulativo, como bancos e agências de investimentos e empresas de energia, siderurgia e mineração. As campeãs de reuniões privadas são: Vale S.A., Shell, Neoenergia, Volkswagen e Rumo S.A. Juntas elas contabilizam 109 encontros, 23,4% do total da pasta com empresas privadas durante o governo Bolsonaro, como se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3: Empresas campeãs de reuniões com a pasta do meio ambiente (2019-2022)



* Compreende as agendas do presidente do Ibama e da DILIC.

ELABORAÇÃO: DE OLHO NOS RURALISTAS

A lista de empresas é bem mais extensa do que a das campeãs. É importante destacar as contradições e alguns interesses que podem estar envolvidos nestes encontros.

A Vale S.A. é responsável, em 2022, por 26 títulos de operação, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), totalizando R\$ 58.554.516.406,49.¹² A empresa é protagonista de conflitos e violações de direitos da natureza e dos povos e comunidades tradicionais em diversas partes do globo. No Brasil, em 2019, foram contabilizados 18 casos de conflitos envolvendo a Vale.¹³ A empresa é protagonista dos dois maiores crimes ambientais relacionados à mineração no Brasil: Mariana, em novembro de 2015, e Brumadinho, em janeiro de 2019, ambos em Minas Gerais. No primeiro caso, embora a empresa poluidora seja a Samarco Mineração, esta é uma joint-venture entre a BHP Billiton e a Vale. Ao todo, foram 291 vidas ceifadas e milhares de atingidos até hoje sem reparação integral. Somando as agendas com Vale S.A., Samarco, BHP Billiton e Fundação Renova, entre 2019 e 2022, evidenciam-se 53 encontros privados com os órgãos vinculados ao meio ambiente em escala federal. Entre 2019 e 2022, os CNPJs vinculados a empresas

controladas pela Vale S/A contabilizam 38 autos de autuações, somando R\$ 423.114.250,00. Ou seja, a campeã de reuniões privadas com ministros e diretores da pasta ambiental também é aquela com o maior valor em multas no governo Bolsonaro.

Outra relação peculiar é aquela com o banco espanhol Santander. Entre março e maio de 2022, representantes e investidores do Santander Brasil S/A reuniram-se quatro vezes com o atual ministro do Meio Ambiente. Embora o banco não esteja na lista de autos de infrações do Ibama no período do governo Bolsonaro, em 2022 a instituição foi beneficiada em suas multas pregressas pelo Despacho n. 11996516/2022-GABIN do Ibama, que considera inválida a notificação de infratores por edital para a apresentação de alegações finais. Segundo levantamento da Agência Pública, isso significa que a União deixará de receber R\$ 3,6 bilhões em multas por infrações ambientais. Entre elas, as multas de R\$ 47,5 milhões recebidas pelo Santander em 2016.¹⁴

As empresas do setor energético chamam a atenção pela quantidade de encontros: 81, somadas as agendas de presidentes de todos os órgãos analisados. Os interesses delas são múltiplos, mas o licenciamento ambiental é um símbolo de união. A maior parte das empresas de energia listadas nas reuniões atua diretamente na expansão das energias renováveis, em destaque a energia eólica, que não é limpa e nem sustentável, uma vez que sua territorialização impacta os modos de vida de comunidades e povos tradicionais.¹⁵ O avanço da energia eólica ocorre pela necessidade de diversificação da matriz energética, mas também pela urgência de um novo portfólio de investimentos para garantir a acumulação de capital em tempos de crise. Uma das medidas do Estado foi facilitar a instalação de empreendimentos energéticos. Uma das formas é a flexibilização do processo de licenciamento ambiental. Em maio de 2021 foi publicada a Resolução n. 279 do Conama, na qual os projetos eólicos são considerados empreendimentos de “baixo impacto ambiental”; dispensados, assim, da obrigatoriedade da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Com o objetivo de acelerar o licenciamento ambiental, a Resolução n. 279 coloca somente a obrigatoriedade da apresentação do relatório Ambiental Simplificado (RAS). Em novembro de 2020 foi lançado o “Termo de Referência Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA tipologia complexos eólicos marítimos - Offshore”.¹⁶

A cerimônia, na sede do Ibama em Brasília, contou com a presença de Eduardo Bim. A partir desta divulgação, vários encontros para tratar da pauta Offshore aparecem em agenda oficial. Em dezembro de 2021 a Servtec Energia se reuniu com Bim para tratar do interesse da empresa no processo de licenciamento ambiental de parques eólicos marítimos. Em 2022, o ministro Joaquim Leite teve cinco encontros com a mesma pauta. No primeiro, em fevereiro, Leite recebeu a Servtec Energia. Em março o encontro no Salão dos Ministros, no prédio do MMA, teve a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), a Shell, a Equinor, a espanhola Neoenergia e a Copenhagen Infrastructure Partners (CIP) e

Copenhagen Offshore Partners (COP). Apenas a CIP e COP já possuem empreendimentos Offshore anunciados.¹⁷ Em abril foram mais duas reuniões, a primeira com a Vestas Wind System, que atua na construção de tecnologia para aerogeradores, e com o Grupo Global de Investidores (GRI). Por fim, em maio, o café da manhã foi com a XP Investimentos.

Entre as outras empresas do setor de energia que se reuniram com os presidentes de órgãos ambientais e com os ministros do Meio Ambiente do governo Bolsonaro destaca-se a Neoenergia (16). A empresa pertence ao grupo espanhol Iberdrola e atua em diferentes frentes no setor energético no globo. A Neoenergia é a responsável pelo serviço de energia elétrica em diversos estados no Brasil: atualmente, possui 32 parques em operação.¹⁸

O debate acerca do avanço da energia eólica ganha relevância em decorrência da curva vertiginosa dos conflitos e dos impactos ambientais e sociais do modelo: no Ceará ocorre a destruição e o desaparecimento de lagoas interdunares, impactando no sustento de milhares de famílias; na Bahia os projetos eólicos ameaçam a reprodução das ararinhas-azuis reintroduzidas, além do avanço em direção às comunidades camponesas de fundo e fecho de pasto.¹⁹ Em maio de 2022, o tema da 13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, em Solânea (PB), foi “O território agroecológico da Borborema não é lugar de parques eólicos”, em protesto contra os parques eólicos da EDP Renováveis Brasil S.A. outorgados na região da Borborema. A EDP foi recebida duas vezes pela DILIC e uma vez por Ricardo Salles.²⁰

No caso do agronegócio, vale destacar a atuação da Agro Santa Bárbara (SB): a empresa se reuniu cinco vezes com Eduardo Bim entre 2019 e 2022. Uma das empresas geridas pelo banqueiro Daniel Dantas e controlada pelo fundo de investimento Opportunity, a AgroSB atua em mercados agrícolas e pecuários a partir de fazendas localizadas no sul do estado do Pará, além da sua sede em Palmas. As propriedades da Agro SB, segundo sua página oficial, são quatro, todas no Pará: Vale Sereno (Cumarú do Norte), São Roberto (Santana do Araguaia), Espírito Santo (Xinguara) e Lagoa do Triunfo (São Félix do Xingu).²¹ Dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), porém, apontam 22 propriedades nesses municípios, totalizando 293.011,51 hectares.²² Conforme reportagem do De Olho nos Ruralistas, as fazendas da Agro SB já desmataram 929 hectares de floresta no município de São Félix do Xingu/PA, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu.²³ Entre outubro de 2019 e junho de 2020 ocorreram supressões em dois imóveis ligados ao grupo agropecuário de Dantas: as fazendas Lagoa do Triunfo IV e Lagoa do Triunfo V. O observatório contou que a Agro SB, a partir da Eldorado do Xingu S.A. Agrícola Pastoril e Industrial, foi autuada pelo Ibama 13 vezes no governo Bolsonaro, totalizando uma multa de R\$ 24.638.000,00. Em períodos anteriores a história não foi diferente: entre 1995 e 2019 a empresa somou trinta autuações no estado do Pará, totalizando cerca de R\$ 323.000.000,00.²⁴ Entre 2008 e 2010 a empresa alegou que havia se tornado vítima de perseguição por agentes do Ibama e muitos desses processos foram

extintos. Ainda em 2010, a Agro SB teve uma área embargada pelo Ibama em São Félix do Xingu; a mesma área, em 2019, estava destinada à pecuária. Ao consultar os embargos do Ibama para o CNPJ da Eldorado do Xingu S.A. Agrícola Pastoril e Industrial, é possível verificar nove embargos no Pará, somente em 2021. A Agro SB fornece gado para grandes frigoríficos, como o JBS.²⁵ Em junho de 2020, três militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram presos durante ação na Fazenda Cedro, um imóvel de 9.991 hectares em Marabá (PA).²⁶ A Agro SB já foi acusada em outras propriedades de utilizar agrotóxicos como arma química, de trabalho análogo à escravidão e de criar milícia armada.²⁷

A empresa alemã Volkswagen se reuniu sete vezes com os ministros do Meio Ambiente de Bolsonaro. Quatro vezes com Ricardo Salles e três vezes com Joaquim Leite. E teve sete encontros com Eduardo Bim. A Volks protagonizou o escândalo do Dieseldgate: utilizou, entre 2009 a 2015, técnicas fraudulentas para reduzir as emissões de gases poluentes nos testes regulatórios.²⁸ A empresa sob a razão social Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. foi autuada no governo Bolsonaro com uma infração no valor de R\$ 50.000.000,00. Em 2022 foi alvo de denúncias de trabalho escravo em suas fazendas, durante a ditadura de 1964, quando promoveu o desmatamento florestal para a instalação de um grande projeto agropecuário nas margens do Rio Amazonas, no sul do Pará.²⁹

O rol das empresas mais recebidas pelo MMA tem ainda o grupo Cosan, da tradicional família Ometto. Hoje o grupo é o maior produtor de cana-de-açúcar, de açúcar e etanol do mundo.³⁰ Em 2008 a Cosan passou a controlar os ativos brasileiros da ExxonMobil e criou a Rumo, empresa de logística do grupo, alvo de fusão em 2015 com a América Latina Logística, ALL. Em 2011, em meio ao boom das commodities, a Cosan instituiu a Raízen por meio de uma joint venture com a Shell, o que significou a maior transação da história da agroindústria canavieira brasileira.³¹ No governo Bolsonaro foram 30 encontros da Cosan, da Rumo e da Shell com os órgãos federais vinculados ao ambiente. Joaquim Leite recebeu a Cosan uma vez; a Shell, em quatro ocasiões. Eduardo Bim recebeu a Shell sete vezes; a Rumo, em duas. Mas é na Diretoria de Licenciamento do Ibama que o conglomerado tem maior circulação: Rumo e Shell estiveram lá em sete reuniões cada; a Cosan esteve na DILIC por duas vezes.

O volume de autuações por crimes contra a flora cometidos por estas empresas durante o governo Bolsonaro também é extenso. Somando os CNPJs vinculados à Rumo (Malha Paulista, Malha Sul, Malha Central, Malha Norte e Malha Oeste), foram identificadas 37 autuações, totalizando R\$ 32.432.000,00. A lista de autuações da Rumo S.A. poderia ser maior se não fosse a venda de 80% da sua participação acionária na Elevações Portuárias S.A., em julho de 2022.³² Essa empresa foi autuada pelo Ibama no valor de R\$ 22.555.000,00. A Shell, contabilizando os CNPJs da Shell Brasil Ltda. e da Shell Brasil Petróleo Ltda., possui 45 autuações no período de 2019 a 2022, em um total de R\$ 5.561.890,00. No Mato Grosso do Sul, a Raízen está territorializada em Caarapó e em Rio

Brilhante, próxima de comunidades indígenas. Em 2017, como noticiado pelo De Olho nos Ruralistas, a empresa chegou a doar um caminhão para povos indígenas de Dourados como alternativa para mediar os conflitos na área.³³

2) A (DES)ESTRUTURAÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE PARA “PASSAR A BOIADA” _____



Ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com Jair Bolsonaro.

(Foto: Sérgio Lima/Poder 360)

A apropriação de um órgão com a importância do MMA pelo interesse privado — e não qualquer interesse privado, mas aquele comprometido com a destruição socioambiental — só foi possível a partir do loteamento de cargos estratégicos para a execução das políticas públicas da pasta. No governo Bolsonaro, os principais postos que deveriam ser ocupados de acordo com critérios técnicos foram tomados por aliados que compartilham da agenda de demolição do ambiente e que trabalham para a desestruturação das ações, enfraquecimento dos órgãos e estímulo aos infratores.

Aliado de primeira ordem do presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro do Meio Ambiente e atual candidato a deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) ganhou maior notoriedade ao sugerir “passar a boiada” nas leis e normas ambientais enquanto a mídia e o país se preocupavam com a pandemia, que iniciava há pouco mais de um mês.

“Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando

normas. De Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo”.

A boiada de Salles passa pelos mais diversos interesses privados, da exportação de madeira à mineração, da energia às estradas. O ex-ministro se destacou pelo especial empenho dado aos madeireiros da Amazônia. Ele é acusado de facilitar, por meio de despacho, a “regularização” de mais de 8 mil cargas de madeira exportadas ilegalmente entre os anos de 2019 e 2020 para os EUA e Europa, segundo a investigação da Operação Akuanduba, da Polícia Federal. Na época, Salles declarou que a operação era “exagerada”.³⁴

As suspeitas surgiram de outra investigação, que apreendeu 141 metros cúbicos de madeira em tora e 608 metros cúbicos de madeira serrada. O delegado da Polícia Federal (PF) à época, Alexandre Saraiva, acusou o ministro de intervir em defesa de madeireiros investigados pela PF e apresentou notícia-crime contra o titular do Meio Ambiente. Saraiva, hoje candidato a deputado federal pelo PSB do Rio de Janeiro, afirma que o esquema de Ricardo Salles no ministério é semelhante ao utilizado quando ele era secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, ou seja, fraude de documentos, suspensão de prazo de multas (facilitando sua prescrição) e coação de funcionários.³⁵

Em 2018, ele foi condenado pela Justiça de São Paulo por improbidade administrativa, acusado de alterar o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea do Rio Tietê com o objetivo de favorecer indústrias como a Suzano Papel e Celulose S/A.³⁶ Em 2021, ele foi absolvido em segunda instância.³⁷

Ao entrar no ministério, Salles espalhou policiais militares (PM) de São Paulo em superintendências e cargos. Foram PMs paulistas que conduziram a discussão sobre a fusão do Ibama com o ICMBio, durante o ano de 2020.³⁸ Devido às críticas e à resistência dos próprios funcionários dos órgãos e de boa parte da sociedade, essa negociação não foi adiante. Apesar da proximidade com Jair Bolsonaro, Salles teve atritos com a ala militar do governo; na distribuição de cargos para as superintendências, teve de ceder a nomeação de Santa Catarina, articulada pelo general Luiz Eduardo Ramos, hoje na Secretaria-Geral da Presidência da República.

O fracasso da militarização do combate ao desmatamento

Uma das estratégias do governo Bolsonaro para a região da Amazônia consistiu na militarização das ações relacionadas à questão socioambiental. Isso se expressa pela quantidade de cargos ocupados por militares nos órgãos de fiscalização e controle ambiental, desrespeitando os requisitos profissionais mínimos para a ocupação de determinados postos de trabalho, conforme expôs a auditoria operacional do TCU, realizada em 2021.³⁹ Levantamento realizado pelo De Olho nos Ruralistas constatou que 16 Policiais Militares do estado de São Paulo foram nomeados por Ricardo Salles para ocupar cargos estratégicos. Apenas três continuam no Ibama, incluindo o presidente Eduardo Bim.

Além da nomeação de militares para cargos técnicos, o governo promoveu a reativação do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) em fevereiro de 2020. Sem planejamento, sem metas e sem orçamento, o CNAL é coordenado pelo vice-presidente Hamilton Mourão.⁴⁰ Em sua primeira formação, em abril de 2020, a composição era exclusiva de 19 militares, sem a participação de governos estaduais e do ICMBio. Hoje, a formação do Conselho e da Secretaria Executiva é, ainda, majoritária de militares.⁴¹ Em 2019, entrou em vigência a Operação Verde Brasil 1, renovada até abril de 2021 como Operação Verde Brasil 2. As operações mostraram-se um enorme fracasso. Para a execução da Operação Verde Brasil 2, foi destinado o total de R\$ 379.230.988,82, sendo R\$ 1.071.273,98 por dia.⁴² Esse investimento não teve impacto no acentuado avanço do desmatamento no bioma. Segundo o Observatório do Clima, entre 11 de maio e 11 de novembro de 2020 a Operação Verde Brasil 2 contou com 3.400 militares e 300 civis e arrecadou R\$ 1,79 bilhão em multas ambientais. No mesmo período em 2019, somente com 750 fiscais, o Ibama autuou o equivalente a R\$ 2,12 bilhões. Ao fim da Operação, foi promulgado o Decreto n. 10.730, de 28 de junho de 2021, autorizando o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem em Terras Indígenas, em UCS federais, em áreas de propriedade ou sob posse da União e, por requerimento do respectivo governador, em outros estados da federação.⁴³

As falhas de articulação nas operações militares foram assumidas por Hamilton Mourão após o desperdício de R\$ 550 milhões de recursos públicos da União, que não foram revertidos na queda do desmatamento na Amazônia — muito pelo contrário.⁴⁴

Ricardo Salles é um dos fundadores do movimento Endireita Brasil e do Instituto Millenium, duas organizações para divulgação e formação do pensamento conservador. Mais de 100 empresários deram dinheiro para sua campanha a deputado federal em 2018.⁴⁵ Entre eles estão os bolsonaristas Jayme Brasil Garfinkel, dono e presidente do conselho de administração da Porto Seguro, a maior seguradora do mercado brasileiro; José Salim Mattar Júnior, controlador da Localiza Hertz, empresa mais valiosa do setor de locação de automóveis; Ronaldo José Neves de Carvalho, dono da Drogaria São Paulo, segunda maior rede de farmácias do país; e Luis Stuhlberg, considerado um dos “maiores gestores” financeiros do país, do Fundo Verde. Todos esses empresários investem no agronegócio. O dono da Porto Seguro é proprietário da Fazenda Periquitos Companhia Agropecuária, que produz soja e gado de corte. O proprietário da Localiza é dono do Haras Sahara, em Matozinhos (MG), que além de equinos, cria gado de corte. O comandante da Drogaria São Paulo é proprietário da Agropecuária Codrome, em Mirandópolis (SP), que planta seringueiras e cana de açúcar. Por fim, o megainvestidor Stuhlberg investe em mercados de capital como ações, câmbio, juros e commodities agrícolas.

Todo esse apoio não foi suficiente para segurar Salles na linha de frente do governo após o escândalo com os madeireiros no Pará, em junho de 2021. Mesmo tendo sido afastado, porém, os grupos de interesse que o apoiaram continuaram com as portas livres no governo de Bolsonaro, após a nomeação do ministro Joaquim Leite.

Novo ministro, destruição continuada

Em um seminário sobre sustentabilidade realizado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em agosto de 2022, Joaquim Leite resumiu sua atuação na pasta em um pensamento: o Brasil tem de “atuar contra o protecionismo climático”.⁴⁷ Leite foi durante 23 anos conselheiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB), mais uma financiadora do Instituto Pensar Agro. A organização centenária reúne fazendeiros do país e protagonizou, entre outros movimentos, o golpe de 1964.

Graduado em Administração, ele foi consultor florestal, já atuou como incorporador de imóveis, foi diretor no setor farmacêutico e possui uma fazenda de café. Durante a gestão de Salles, foi secretário da Amazônia e Serviços Ambientais. Mais discreto que seu antecessor, Leite não deixa de comparecer a eventos com Bolsonaro e organizados pelo agronegócio.⁴⁸

Chefes do Ibama ignoram pareceres técnicos e beneficiam empresas



Junto à Salles, Eduardo Bim atuou em prol de madeireiros no Ibama.

(Foto: Arquivo/ABr)

Indicado por Ricardo Salles, o presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim, define sua atuação como de “calibração técnica”. O termo é usado para as constantes mudanças de procedimentos do chefe do órgão, que têm como objetivos facilitar o licenciamento ambiental e afrouxar a fiscalização para madeireiros, mineradoras e empresas de energia. Em plena terça-feira de carnaval de 2020, Bim, que já foi assessor jurídico da Fiesp, publicou uma portaria, acabando com a necessidade de que o órgão de fiscalização ambiental autorize a exportação de cargas de madeira retirada das florestas, contrariando laudo assinado por cinco técnicos de carreira da casa.⁴⁹ A decisão ocorreu logo após uma delegação da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Pará (Aimex) se reunir com Salles e Bim, para discutir a “exportação de madeiras nativas do estado do Pará”, conforme aparece na agenda ministerial.⁵⁰ Por causa dessa medida e da suspeita de favorecimento, o presidente do Ibama e o ex-ministro foram alvos da operação Akvanduba, em maio de 2021. Cerca de um mês depois, Salles foi exonerado; Bim foi afastado por 90 dias e retornou ao cargo. O presidente do Ibama chegou a ironizar o afastamento como “licença prêmio”.⁵¹ Salles e Bim são investigados pelos crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando.

Em outro episódio, Bim ignorou o parecer dos técnicos do órgão. No primeiro ano de seu mandato, em 2019, ele autorizou a empresa Tibagi Energia a desmatar 14 hectares de Mata Atlântica para a construção de uma usina hidrelétrica na margem do Rio Tibagi, no Paraná. Desde 2018, a empresa vinha tentando a autorização, porém os técnicos apontavam a supressão de informações sobre a fauna e flora do local da construção, inclusive do pequi-anão, espécie ameaçada de extinção. Mesmo sem autorização, a construção começou e, com o aval de Bim, uma obra de 150 hectares terá de fazer a compensação de apenas 28 hectares.⁵²

Além de ignorar os pareceres dos subordinados, Bim costuma pressionar seus funcionários para garantir os interesses das empresas. Durante a operação Gold Rush, em setembro de 2021, a Polícia Federal identificou uma carga de 39 quilos de ouro da empresa como oriunda da região garimpeira Água Branca, em Itaituba, no sudoeste do Pará. Antes do embargo, a empresa extraiu mais de R\$ 1 bilhão em ouro de uma Unidade de Conservação federal com licença ambiental irregular, extraindo 32 vezes mais do que o anunciado às autoridades. Uma série de mensagens mostra Bim pressionando o então superintendente do órgão no Pará, Washington Luís Rodrigues, para derrubar embargos contra a mineradora Gana Gold.⁵³ A articulação pela liberação veio do deputado federal Joaquim Passarinho. O parlamentar se reuniu pessoalmente com Bim cinco dias após o embargo.

No período em que ficou afastado do Ibama, Bim foi substituído por Jônatas Souza da Trindade, atual diretor de licenciamento ambiental. Ele também possui histórico de ignorar os pareceres dos técnicos do órgão. Ao longo de 2020 e 2021, pelo menos seis pareceres negaram a transferência ao governo de Mato Grosso do licenciamento de uma ferrovia privada do agronegócio, ligando Rondonópolis, no sudeste do estado, até Lucas do Rio Verde, um dos principais polos de produção de soja do país. A medida beneficia a Rumo Logística, garantindo, entre outras facilidades, a assinatura imediata do contrato de concessão e uma concessão de 45 anos, contra o limite de 30 anos estabelecido para o governo federal.⁵⁴

Bolsonaristas com agenda destruidora indicam superintendentes do Ibama



Ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, com Zequinha Marinho.

(Foto: Reprodução)

Assim como em outros órgãos federais, como o Inbra, a distribuição de nomeações entre políticos bolsonaristas se repete no Ibama. Dos 26 estados brasileiros, pelo menos 19 superintendências regionais têm indicações de aliados do presidente Jair Bolsonaro. Dois partidos lideram as indicações com três estados cada um: o PL, do próprio presidente, e o MDB ruralista. Em segundo lugar, estão o PSDB (ligado a Salles), União Brasil e Progressistas, com duas indicações cada um. Patriotas, PDT, PSD, PSL, PTB e Republicanos indicaram superintendentes em pelo menos um estado da federação.

Palco da ação de liberação de madeira ilegal comandada pelo ex-ministro Ricardo Salles, o Pará tem como senador Zequinha Marinho, líder da bancada evangélica e um articulador político importante — como mostramos no relatório anterior, sobre o Inbra. O estado tem como superintendente do Ibama um prestador de serviços para pecuaristas e sojicultores. O engenheiro florestal Rafael Angelo Juliano é dono da microempresa Amazônia Florestal, em Marabá. As empresas que contrataram Juliano já foram autuadas em R\$ 59 milhões por infrações cometidas nos últimos 26 anos, incluindo 16,1 mil hectares de desmatamento ilegal.⁵⁵

O senador Zequinha Marinho candidatou-se ao governo paraense em 2022. Ele indicou os três superintendentes do Inbra no Estado e acompanhou Ricardo Salles na operação de madeira apreendida no Pará.⁵⁶ A nomeação no Ibama é recente, de março de 2022; antes estava o coronel aposentado Washington Luis Rodrigues, um dos militares das primeiras nomeações de Salles. Sua exoneração ocorreu após a denúncia envolvendo o coronel e o presidente do Ibama, Eduardo Bim, em prol da mineradora Gana Gold, suspeita de extrair ouro ilegalmente em

uma unidade de conservação.⁵⁷ Marinho nunca deixou de estar próximo de Salles. Os dois se reuniram pelo menos três vezes quando Salles era o ministro. Com o presidente do Ibama, Eduardo Bim, Marinho teve quatro encontros oficiais. Em um deles, esteve acompanhado pelo senador Telmário Mota (PROS-RR) para tratar de questões do setor madeireiro. O delegado Alexandre Saraiva, em entrevista ao De Olho nos Ruralistas, definiu a atuação de Marinho no Pará como uma organização criminoso.

O senador não é o único paraense com portas abertas no Ibama; o deputado Joaquim Passarinho teve seis reuniões com Eduardo Bim. Em uma delas, acompanhou o presidente da Aimex, Roberto Puppo.⁵⁸ Ele também foi articulador de encontros do revendedor de máquinas pesadas para o garimpo, Roberto Katsuda, com Salles e o então ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.⁵⁹

No Rio Grande do Sul, a superintendente Claudia Pereira da Costa, indicada no início do governo Bolsonaro, costuma acompanhar o deputado federal Alceu Moreira, candidato à reeleição em 2022, em eventos do MDB.⁶⁰ Suas práticas são semelhantes às da direção nacional do Ibama. Em sete meses de gestão, Claudia reduziu em 64% a fiscalização ambiental.⁶¹ Foram 111 ações de janeiro a agosto de 2019, contra 311 no mesmo período do ano anterior. Sob o modus operandi do presidente do Ibama, a superintendente atropelou decisões técnicas de seus funcionários. Em fevereiro de 2021, Claudia suspendeu os autos de infração para três embarcações que pertencem ao presidente do Sindicato de Armadores da Pesca do Rio Grande do Sul, Sérgio Daniel Maio Lourenço, e seus familiares. Em dezembro de 2020, os agentes haviam multado em R\$ 211,5 mil as empresas por falta de rastreamento obrigatório e autorização vencida.⁶²

Alceu Moreira foi presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, assim como Luis Carlos Heinze, que se reuniu seis vezes com o presidente do Ibama, Eduardo Bim. Em uma delas, logo no início do governo, tentou articular a liberação dos pampas gaúchos para ampliação da soja.⁶³ Candidato ao governo estadual, Heinze apoiou a concessão para a iniciativa privada dos parques de Aparados da Serra, da Serra Geral e de Canelas, projetos de Ricardo Salles.⁶⁴

Outra figura carimbada em reuniões do MMA foi o relator do Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental, deputado federal Neri Geller. Ele indicou para a superintendência do Mato Grosso o tenente-coronel da Polícia Militar Gibson Almeida Costa Júnior.⁶⁵ Candidato ao Senado, Geller trabalha para aprovar na Câmara dos Deputados o projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental. Nove ex-ministros do Meio Ambiente, de distintos governos, assinaram uma carta criticando o projeto.⁶⁶

O principal doador individual da campanha de Neri Geller em 2018 para a Câmara foi Elizeu Zulmar Maggi Scheffer, com R\$ 100 mil.⁶⁷ Os Maggi Scheffer, grandes produtores de soja, são acusados de destruição da flora na Fazenda Iguaçu, em Rondonópolis (MT). Outro doador, José Izidoro Corso, que colaborou com R\$ 25

mil, foi autuado em Gaúcha do Norte, por desmatar a reserva legal do Pontal do Piranha.

Quando era governador do Rio Grande do Norte, em 2015, Robinson Faria (PL) fez duras críticas ao então superintendente regional do Ibama, Alvarado Costa de Queiroz, que acabou sendo exonerado pela ministra Izabella Teixeira.⁶⁹ Em 2018, Faria perdeu a reeleição para governador, porém ampliou seu poder no Ibama. O atual superintendente do órgão no estado, Rondinelle Silva Oliveira, foi presidente do Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Idema) do seu governo. Parte da influência de Faria, que volta a disputar uma vaga como deputado federal em 2022, vem do seu filho, o ministro das Comunicações do governo Bolsonaro. Flávio Faria, é genro do empresário Silvio Santos, dono do SBT, uma das maiores redes de televisão do país.

Na Paraíba, o deputado federal Efraim Filho (União), indicou seu ex-chefe de gabinete, Dallys Henrique de Andrade, para a superintendência do Ibama.⁷⁰ Sem nenhuma experiência com a questão ambiental, Andrade possui uma empresa de assessoria e consultoria administrativa para municípios. Defensor da vaquejada, prática combatida por ambientalistas, Efraim Filho tem apoio dos usineiros locais e já recebeu doações do empresário Rubens Ometto Silveira Mello, dono da Raízen. Ele disputa uma vaga no Senado em 2022.

Santa Catarina é outro estado com superintendente sem experiência na área ambiental: Glaudo José Côrte Filho, que circula pelo meio empresarial, já trabalhou como consultor de reestruturação empresarial e recebe apoio de empresários como o bolsonarista Luciano Gang, dono das lojas Havan. A indicação veio do general Luiz Eduardo Ramos.⁷¹ O secretário-geral da Presidência da República procurava na época o apoio do Centrão, grupo político que domina boa parte do Congresso.

3) DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL_____



Destruição ambiental leva as digitais de Bolsonaro.

(Foto: Alan Santos/PR)

A antipolítica pública de Bolsonaro para o ambiente

O enfraquecimento da proteção do meio ambiente no Brasil tem sido sistemático no governo de Jair Bolsonaro. O período que se iniciou em janeiro de 2019 tem representado muito mais que uma mudança na política ambiental do país; o que está em curso é uma profunda ruptura com o modelo de gestão ambiental pública que vinha sendo construído há décadas no Brasil.⁷²

O primeiro movimento nesse sentido ocorreu através da redução das atribuições do MMA. A Agência Nacional de Águas (ANA) foi transferida para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), impedindo a interação entre o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (Singreh); o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão com autonomia gerencial que fiscaliza as concessões florestais e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), foi transferido para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); foi abolida a secretaria do MMA voltada para as mudanças climáticas; a supervisão da pesca foi transferida para o Mapa; e o departamento

de educação ambiental foi extinto. Em 2020, um decreto presidencial concluiu a transferência da gestão florestal pública para o Mapa, incluindo a gestão global das concessões florestais. Ainda em 2019, um decreto alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), reduzindo a participação de organizações da sociedade civil.

Enfraquecimento da fiscalização ambiental: um incentivo ao crime

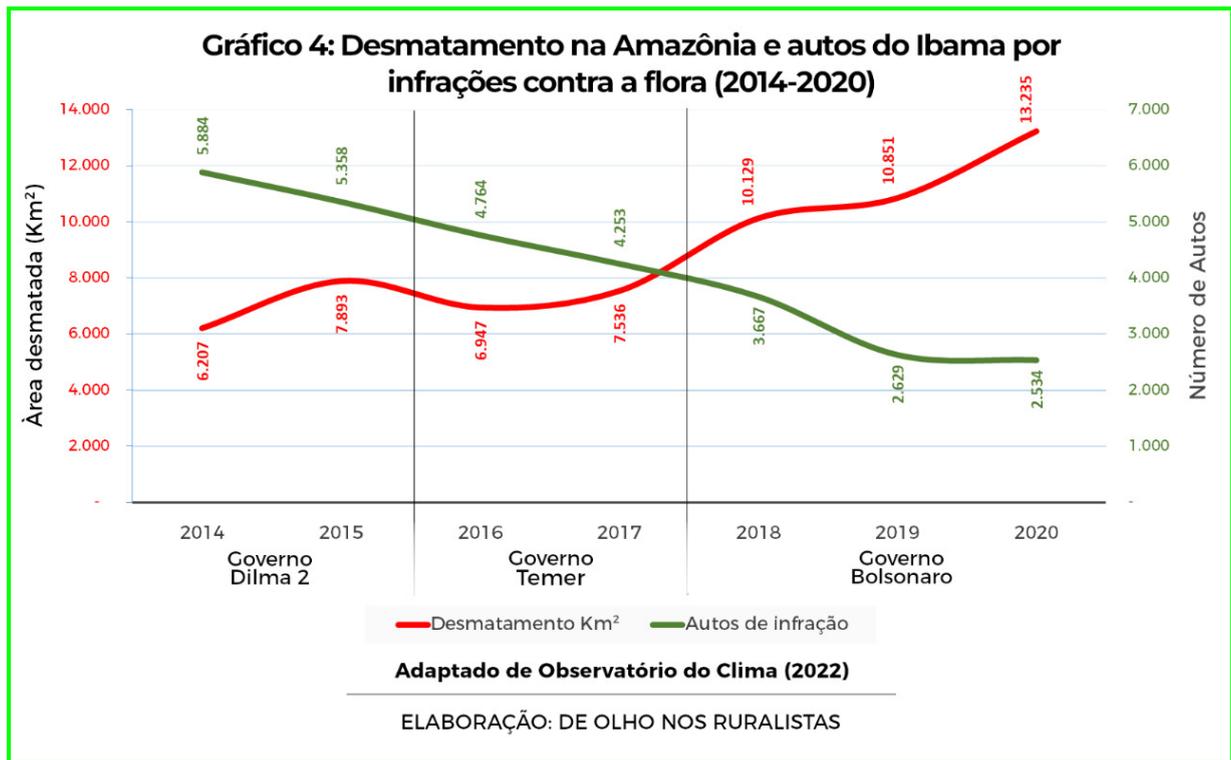
"Paramos de ter grandes problemas com a questão ambiental, especialmente no tocante à multa. Tem que existir? Tem. Mas conversamos e nós reduzimos em mais de 80% as multagens (sic) no campo".

Bolsonaro, em discurso realizado em janeiro de 2022

O dado sobre multas ambientais mencionado por Bolsonaro – reproduzido na frase acima – não significa que os crimes ambientais deixaram de ser cometidos. Apenas explicita um dos *modus operandi* do atual governo em relação à política ambiental: as vistas grossas. Co-irmã da impunidade. Desde que Bolsonaro assumiu a presidência, o MMA protagoniza retrocessos avassaladores no processo sancionador do Ibama, especialmente no território da Amazônia Legal.

Um Policy Brief da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aponta que houve vertiginosa redução dos autos lavrados por infração contra a flora nos anos de 2019 e 2020, cujos quantitativos são os menores já registrados nos últimos 21 anos nos nove estados da Amazônia Legal, apesar da elevação recorde nas taxas de desmatamento em 2019 (10,1 mil km²) e 2020 (10,9 mil km²).⁷³ Segundo o documento, no período de 2012 a 2018 foram lavrados na Amazônia Legal em média 4.620 autos anuais por infração contra a flora e no período 2019-2020 apenas 2.610, uma redução de 43,5%. Isto apesar da elevação das taxas de desmatamento. Uma auditoria operacional do TCU, em 2021, corrobora essas informações.⁷⁴

Em estudo recente, o Observatório do Clima revelou que os embargos e apreensões realizados por fiscais ambientais na Amazônia seguiram a mesma tendência, apresentando uma expressiva redução: caíram de 2.589 em 2018 para 385 em 2020.⁷⁵ Segundo o Policy Brief da UFMG, essa redução indica a adoção de uma estratégia de fiscalização que evita causar sanções econômicas imediatas para os infratores por meio da vedação da comercialização de produtos derivados da área onde ocorreu o dano ambiental.



A fiscalização para combate ao desmatamento ilegal na Amazônia tem sido impactada, também, pela diminuição da capacidade fiscalizatória do Ibama ante a redução significativa do quadro de servidores. O Gráfico 4 aponta que, durante o governo Bolsonaro, o número de autos de infração diminuiu, enquanto o desmatamento da região alcançou os maiores níveis das últimas décadas.

Além disso, há indícios de nomeação de servidores para fiscalização sem as qualificações mínimas necessárias exigidas pela regulamentação. Uma Nota Técnica n. 16/2020/CODEP/CGGP/DIPLAN de maio de 2020, elaborada pelo próprio órgão, apontou a necessidade de contratar pelo menos 1.306 servidores de nível superior para o instituto.⁷⁶ O governo prometeu a contratação de 740 fiscais, mas autorizou, por meio de portaria publicada em 02 de setembro de 2021, concurso para apenas 157 cargos. Ainda segundo o documento, a partir de 2019 a quantidade de cargos ocupados apresenta uma curva decrescente, enquanto a quantidade de cargos vagos cresce, a despeito da altíssima e urgente demanda em todas as regiões do país.⁷⁷

As barricadas para dificultar a aplicação de sanções a infratores, principalmente contra a flora, tiveram início logo no início do governo, em 2019. Alterações no Decreto n° 6.514 de 2008, entre outras, conferiram poder regulamentar ao MMA. Isso abriu a possibilidade de elaboração de normativas e despachos que, devido ao contexto político, acabaram por moldar certos procedimentos à visão do governo sobre a atuação nos órgãos ambientais no que diz respeito à fiscalização.⁷⁸

Outro decreto de 2019 assinado pelo presidente do Ibama, extremamente nocivo ao processo de responsabilização por danos ambientais, modificou a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais e criou a conciliação ambiental — uma nova instância na apuração de infrações ambientais, prévia ao julgamento, que possibilita algumas soluções de acordo entre o autuado e o Estado, dentre elas o desconto de 60% da multa. Com isso, os autos de infração têm seus efeitos suspensos até a realização da audiência de conciliação e os infratores não precisam sequer contratar um advogado para constituir sua defesa — normalmente o prejuízo econômico mais imediato dos autos de infração. Até 2021, foram concluídas somente 252 audiências de conciliação, o que representa menos de 2% dos autos de infração realizados no período. Na prática, quase a totalidade de autos de infração realizados entre 2019 e 2020 foram suspensos, configurando risco real de prescrição dos processos, negociações indevidas e redução da dissuasão das infrações.

Em 2022, dois despachos de Eduardo Bim tornaram a situação ainda mais catastrófica. Um deles determina que a intimação do infrator para apresentar as alegações finais – parte do processo administrativo em que o autuado faz sua defesa – não seria mais feita por edital, mas sim pessoalmente.⁷⁹ Segundo levantamento da Agência Pública, a medida pode fazer a União deixar de receber ao menos R\$ 3,6 bilhões em multas por infrações ambientais, além de abrir a possibilidade de infratores condenados pedirem de volta o dinheiro já pago. A Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema), que representa servidores do Ibama, Ministério do Meio Ambiente e ICMBio, denunciou o ato de Bim à Procuradoria da República do Distrito Federal, alegando que a medida levará a milhares de prescrições e tirará a credibilidade do trabalho do órgão.⁸⁰

Enquanto não há decisão legal, vale o despacho publicado pelo presidente do Ibama. A outra normativa, também de 2022, aponta a decisão de que só serão válidas as multas ambientais se for possível comprovar a culpa (dolo) do infrator, ou seja, se o crime foi causado intencionalmente. É consenso jurídico que a comprovação do dano (desmatamento, por exemplo) é suficiente para que a multa ambiental seja aplicada e isso permite o uso do CAR e imagens de satélite para fiscalizações remotas. Na prática, essa medida enfraquece a fiscalização realizada remotamente com base em imagens de satélite e gera insegurança jurídica no trabalho do Ibama e estados, pois pode haver contestação de multas aplicadas antes e depois da decisão.

De Olho nos Ruralistas teve acesso a um relatório interno de inteligência do Greenpeace, onde são descritas em detalhes as políticas de desconstrução ambiental efetivadas pelo governo Bolsonaro. Destacam-se as ações de esvaziamento do MMA, o enfraquecimento dos acordos internacionais, a omissão do Fundo Clima e Fundo Amazônia, bem como seu desvio de finalidade, e o enfraquecimento e perda de autonomia do Ibama e do ICMBio.⁸¹

A privatização do patrimônio natural é um dos objetivos que está por trás de tamanho descompromisso com a preservação ambiental. Sob determinada ótica, a narrativa de que o Estado é incapaz de fazer uma gestão ambiental competente abre espaço para que o setor privado se aproprie do bem público. Políticas públicas como o programa Adote um Parque dão a roupagem ideal para o desvirtuamento das funções do MMA.

Programa Adote um Parque: a privatização e financeirização da natureza

Em consonância com a perspectiva de gestão ambiental do governo Bolsonaro, que busca a privatização dos bens naturais, foi criado no ICMBio o programa Adote um Parque, instituído pelo Decreto n. 10.623, de 10 de fevereiro de 2021. De acordo com o decreto, a finalidade dessa política pública é promover a conservação, a recuperação e a melhoria das Unidades de Conservação federais — tanto as de proteção integral quanto as de uso sustentável — por meio da parceria do governo com pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras. Na prática, entretanto, o que se pretende é privatizar as áreas protegidas e os territórios tradicionais, conforme expressam as organizações Fase, Terra de Direitos e Grupo Carta de Belém em documento lançado em 2021.⁸²

Sob o argumento da escassez de recursos para as políticas socioambientais, dizem as organizações, o governo federal tem incentivado a privatização de parques e áreas protegidas, a partir de programas de concessão e adoção, com reflexos sobre territórios tradicionais. Isso resulta na apropriação de bens públicos e favorece a governança privada sobre territórios de interesse coletivo e social. Para o Observatório do Clima, conforme relatório recente, o que está por trás da iniciativa é a retirada do Estado de seu papel de cuidar de áreas protegidas no país, passando atribuições da gestão pública para o setor privado.⁸³

Os interessados em “adotar” uma unidade de conservação devem apresentar uma proposta ao ICMBio, que é responsável por sua avaliação e aprovação. O Termo de Adoção deve ter o prazo mínimo de um ano, prorrogável anualmente por até cinco anos. A expectativa do governo é que a adoção seja de R\$ 50 ou € 10 por hectare ao ano e os recursos sejam investidos em serviços como monitoramento, proteção, prevenção e combate a incêndios florestais, prevenção e combate ao desmatamento ilegal e recuperação de áreas degradadas. Em contrapartida, o adotante pode utilizar a ação para publicidade, tanto no interior da Unidade de Conservação adotada, por meio da instalação de elementos identificadores, quanto externamente, em propagandas próprias.

A Portaria n. 73, de 25 de fevereiro de 2021 do MMA tornou pública a seleção das 132 Unidades de Conservação na primeira etapa do programa — todas localizadas nos estados que compõem a Amazônia Legal. São 64.369.569 hectares, ou seja, 15% do território da Amazônia, cuja gestão será entregue ao setor privado, nacional e internacional, pelo valor total previsto de R\$ 3.218.478.450,00.⁸⁴ Atualmente oito UCs já foram adotadas pelas seguintes empresas: Grupo Carrefour, Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (Coca-Cola), MRV Engenharia, Grupo Heineken, Coopecredi Guariba, Genial Investimentos, Geoflorestas e Cooperativa Agroindustrial (Coplana), somando o valor de R\$ 6.067.700,00. Todas as unidades adotadas até o momento são Reservas Extrativistas (Resex) e Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie). Adotar um parque não é sinônimo de sustentabilidade: o Grupo Carrefour, por exemplo, adotou a Resex do Lago do Cuniã, em Rondônia, por R\$ 3.793.850,00; contudo, no governo Bolsonaro, o conglomerado acumulou quatro autuações pelo Ibama, totalizando uma multa de R\$ 12.581.500,00.⁸⁵

4) CONCLUSÕES

“O movimento social continua na resistência incansável, fazendo denúncias, contrapondo estudos do próprio governo e lutando para a construção de um futuro com mais espaço para sonharmos, um país inclusivo e que respeite a diversidade”.

(Kátia Penha, Grupo Carta de Belém)

A antipolítica ambiental do governo Bolsonaro ocorre por duas vias principais. Por um lado, busca-se enfraquecer a legislação, por meio do apoio às pautas ruralistas no Congresso e da promulgação de marcos regulatórios que possibilitam a destruição ambiental. Por outro, promove-se a revogação de programas de fiscalização e prevenção ao desmatamento, diminui-se o quadro funcional e são reduzidos os recursos disponíveis para as ações de proteção ambiental. Para se ter ideia da dimensão do desmonte, o Plano Plurianual 2020-2023 (PPA), um dos principais instrumentos de planejamento da política pública do governo federal, destina às políticas de proteção ambiental apenas 0,03% do orçamento total de R\$ 6,8 trilhões.

Tais ações contribuem de forma significativa para o aumento da impunidade aos desmatadores e deflagram uma sensação generalizada de “vale tudo”, de modo a incentivar o desmatamento ilegal, incendiar e alastrar (material e simbolicamente) conflitos com povos tradicionais do campo e da floresta.

O desmantelamento da política ambiental e de seus instrumentos não tem ocorrido sem a resistência dos movimentos sociais, das ONGs e de organizações representativas dos servidores públicos, como é o caso da Ascema. Em um país onde os movimentos sociais participaram ativamente da construção dos marcos legais e das políticas públicas ambientais de forma histórica, suas vozes têm se erguido na denúncia da catástrofe protagonizada pelo governo federal. Além disso, a trincheira legal no Congresso Nacional tem sido disputada ferrenhamente por parlamentares comprometidos com a causa socioambiental — menos numerosos, mas fundamentais para oferecer algum freio à “boiada”, cada vez mais rápida e violenta.

O desmonte em curso nos órgãos ambientais federais é bastante profundo. A centralização dos julgamentos torna as ações de fiscalização menos efetivas, ao combater a estratégia de descapitalização dos infratores — o próprio presidente da República critica a destruição de equipamentos, medida tomada junto com a apreensão de gado e a realização de embargo nas áreas desmatadas ilegalmente. Sem a reestruturação das normas infralegais, a recomposição orçamentária, a nomeação de gestores técnicos e experientes e a reinclusão da participação social na gestão ambiental, o cenário de catástrofe e terra arrasada tende a se acentuar. A se continuar a estratégia de Bolsonaro para a política socioambiental, o Estado e o setor privado caminham para um abraço de afogados. Arrastando, com eles, o que resta de ambiente preservado no país.

REFERÊNCIAS

- [1] Ministério do Meio Ambiente, Painel de Unidades de Conservação Brasileiras, <https://bit.ly/3RodZxO>
- [2] AFP, “Bolsonaro critica Ibama e diz que quer acabar com “multas a torto e a direito””, 01.dez.2018, <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/bolsonaro-critica-ibama-e-diz-que-quer-acabar-com-multas-a-torto-e-a-direito-cjp5z93dw0i3s01rxna3u0d29.html>
- [3] G1, “Servidor do Ibama que multou Bolsonaro por pesca irregular é exonerado de cargo de chefia”, 29.mar.2019, <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/03/29/ibama-exonera-servidor-que-multou-bolsonaro-por-pesca-irregular.ghtml>
- [4] O Eco, ““Esse governo é de vocês”, diz Bolsonaro a Ruralistas”, 04.jul.2019, <https://oeco.org.br/noticias/esse-governo-e-de-voces-diz-bolsonaro-a-ruralistas/>
- [5] De Olho nos Ruralistas, “Os Financiadores da Boiada: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental”, Julho 2022, <https://bit.ly/3dmeCcc>
- [6] De Olho nos Ruralistas, “Ruralistas tentam manobra para aprovar fim do licenciamento ambiental”, 12.mai.2022, <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/05/12/ruralistas-tentam-manobra-para-aprovar-fim-do-licenciamento-ambiental/>
- [7] De Olho nos Ruralistas, “Políticos bolsonaristas assinam lobby da madeira”, 02.dez.2020, <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/12/02/politicos-bolsonaristas-assinam-lobby-da-madeira/>
- [8] Rádio Câmara, “Dep. Joaquim Passarinho: Deputado defende legalização da mineração para evitar atividade ilegal”, 28.jun.2022, <https://www.camara.leg.br/radio/programas/891203-dep-joaquim-passarinho-deputado-defende-legalizacao-da-mineracao-para-evitar-atividade-ilegal/>
- [9] Movimento dos Atingidos pela Mineração, “Quem é Quem nas Discussões do Novo Código da Mineração”, 18.ago.2015, <https://www.mamnacional.org.br/2015/08/18/quem-e-quem-nas-discussoes-do-novo-codigo-da-mineracao-2014/>
- [10] Câmara dos Deputados, Ato do Presidente de 22/06/2022, Institui Grupo de Trabalho destinado a debater e elaborar proposição legislativa a fim de alterar o Decreto-Lei n. 227/67 (Código de Mineração) GTMINERA. https://www2.camara.leg.br/legin/int/atopr_tsn/2022/atodopresidente-58449-22-junho-2022-792881-norma-cd-presi.html
- [11] De Olho nos Ruralistas, “Saiba quem é Luis Carlos Heinze, o arroteiro negacionista”, 13.out.2021, <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/10/13/saiba-quem-e-luis-carlos-heinze-o-arroteiro-negacionista/>
- [12] Agência Nacional de Mineração, Arrecadação CFEM, https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao_cfem.aspx
- [13] Le Monde Diplomatique, “O mapa dos conflitos da Vale no Brasil”, 25.mar.2019, <https://diplomatique.org.br/mapa-conflitos-mineracao-extrativista-vale-brasil/>
- [14] Agência Pública, “Despacho de presidente do Ibama pode custar ao menos R\$ 3,6 bilhões à União”, 27.jun.2022,

<https://apublica.org/2022/06/despacho-de-presidente-do-ibama-pode-custar-ao-menos-r-36-bilhoes-a-uniao/>

[15] The Intercept Brasil, “Nem limpa, nem sustentável: Usinas eólicas exploram agricultores familiares e territórios tradicionais para gerar lucro”, 01.ago.2022,
<https://theintercept.com/2022/08/01/energia-eolica-conflitos-territorios-agricultura/>

[16] Land Matrix, “Grandes Transacciones de Tierras del noreste Brasileño”, 14.out.2021,
<https://landmatrix-lac.org/informes-tecnicos/grandes-transacciones-de-tierras-del-noreste-brasileno/>

[17] Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Termo de Referência: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA – Complexos Eólicos Marítimos (Offshore), Novembro 2020,
https://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/publicacoes/2020-11-TR_CEM.pdf

[18] EPBR, “Fundo dinamarquês pode aportar mais de US\$ 6 bi em eólicas offshore no Brasil”, 16.mar.2022,
<https://epbr.com.br/fundo-dinamarques-pode-aporar-mais-de-us-6-bi-em-eolicas-offshore-no-brasil/>

[19] Neoenergia, Linhas de Negócio,
<https://www.neoenergia.com/pt-br/sobre-nos/linhas-de-negocios/Paginas/default.aspx>

[20] O Eco, “Empresa desiste de parque eólico em área da ararinha-azul”, 07.jul.2022,
<https://oeco.org.br/noticias/empresa-desiste-de-parque-eolico-em-area-da-ararinha-azul/>

[21] Brasil de Fato, “Em Marcha, agricultoras paraibanas dizem 'não' aos parques eólicos”, 02.mai.2022,
<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/02/em-marcha-agricultoras-paraibanas-dizem-nao-aos-parques-eolicos>

[22] AgroSB, Unidades / Localização, <https://agrosb.com.br/home/unidades-localizacao/>

[23] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Sistema Nacional de Cadastro Rural/Consulta Pública de Imóveis, <https://snrc.serpro.gov.br/snrc-web/consultaPublica.jsf>

[24] De Olho nos Ruralistas, “Fazendas da AgroSB, de Daniel Dantas, desmataram mil hectares em área de conservação no Pará”, 31.mar.2021,
<https://deolhonosruralistas.com.br/2021/03/31/fazendas-da-agrosb-de-daniel-dantas-desmataram-mil-hectares-em-area-de-conservacao-no-para/>

[25] The Guardian, “Revealed: rampant deforestation of Amazon driven by global greed for meat”, 02.jul.2019,
<https://www.theguardian.com/environment/2019/jul/02/revealed-amazon-deforestation-driven-global-greed-meat-brazil>

[26] Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, “As prisões no Pará e os impuníveis Dantas e Saldanha”, 23.jun.2020,
<https://mst.org.br/2020/06/23/as-prisoas-no-para-e-os-impuniveis-dantas-e-saldanha/>

[27] Agência Pública, “Agricultores denunciam uso de agrotóxico como arma química em fazenda de Daniel Dantas”, 08.abr.2019,
<https://apublica.org/2019/04/agricultores-denunciam-uso-de-agrotoxico-como-arma-quimica-em-fazenda-de-daniel-dantas/>

[28] Correio Braziliense, “Escândalo global: Dieselgate pode ser quatro vezes pior”, 20.dez.2020, <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/12/4896014-escandalo-global-dieselgate-pode-ser-quatro-vezes-pior.html>

[29] Revista Fórum, “VolksWagen é investigada por suposto trabalho escravo durante a Ditadura no Brasil”, 31.mai.2022, <https://revistaforum.com.br/direitos/2022/5/31/volkswagen-investigada-por-suposto-trabalho-escravo-durante-ditadura-no-brasil-118117.html>

[30] BOECHAT, C. A.; PITTA, F. T. Flex crops e mobilidade do capital da Cosan/Raízen. In: BOECHAT, C. A. (Org.). A geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. p. 83-124.

[31] XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L. Monopólio da produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

[32] Rumo S.A., Fato Relevante, Curitiba, 15.jul.2022, <https://static.poder360.com.br/2022/07/fato-relevante-Rumo.pdf>

[33] De Olho nos Ruralistas, “Funai tem “solução” para conflito no MS: acordo com Raízen”, 15.fev.2017, <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/02/15/funai-tem-solucao-para-conflito-no-ms-acordo-com-raizen/>

[34] G1, “Ricardo Salles e presidente do Ibama são alvos de operação que investiga exportação ilegal de madeira”, 19.mai.2021, <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/05/19/operacao-da-pf-investiga-esquema-de-exportacao-ilegal-de-madeira-para-eua-e-europa.ghtml>

[35] De Olho nos Ruralistas, “Financiadores da bancada ruralista publicam anúncio em “total apoio” a Ricardo Salles”, 26.mai.2020, <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/26/financiadores-da-bancada-ruralista-publicam-anuncio-em-total-apoio-a-ricardo-salles/>

[36] De Olho nos Ruralistas, “Justiça diz que Ricardo Salles perseguiu servidores para cometer e encobrir irregularidades”, 20.dez.2018, <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/12/20/justica-diz-que-ricardo-salles-perseguiu-servidores-para-cometer-e-encobrir-irregularidades/>

[37] GloboNews, “TJ de SP absolve ministro Ricardo Salles de condenação por improbidade administrativa”, 04.mar.2021, <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/03/04/justica-de-sp-absolve-ricardo-salles-de-condenacao-por-improbidade-administrativa.ghtml>

[38] O Globo, “Militares ligados a Salles dominam reuniões de fusão de Ibama e ICMBio”, 28.dez.2020, <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/militares-ligados-salles-dominam-reunioes-de-fusao-de-ibama-icmbio-24810537>

[39] Tribunal de Contas da União, Acórdão 1758/2021 – Plenário, <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/1758%252F2021/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520>

[40] Observatório do Clima, ““Passando a boiada” – o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro”, 22.jan.2021, <https://www.oc.eco.br/passando-boiada-o-segundo-ano-de-desmonte-ambiental-sob-jair-bolsonaro/>

[41] Planalto, Conselho Nacional da Amazônia Legal, Composição, <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia>

- [42] Le Monde Diplomatique, “Pouco enfrentamento ao desmatamento, muito gasto no orçamento”, 11.fev.2022,
<https://diplomatique.org.br/pouco-enfrentamento-ao-desmatamento-muito-gasto-no-orcamento/>
- [43] Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Decreto nº 10.730, de 28 de junho de 2021, “Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental, em áreas de propriedade ou sob posse da União e, por requerimento do respectivo Governador, em outras áreas dos Estados abrangidos”,
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10730.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.730%2C%20DE%2028,outas%20%C3%A1reas%20dos%20Estados%20abrangidos.
- [44] Nexo, “Mourão assume culpa por falha no combate ao desmatamento”, 23.nov.2021,
<https://www.nexojornal.com.br/extra/2021/11/23/Mour%C3%A3o-assume-culpa-por-falha-no-combate-ao-desmatamento>
- [45] Rede Brasil Atual, “Quem são os principais financiadores de Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente”, 17.dez.2018,
<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/12/saiba-quem-sao-os-ruralistas-que-financiam-o-ministro-de-bolsonaro-para-o-meio-ambiente/>
- [46] Forbes, “Melhor gestor do Brasil criará a Verde Asset em parceria com o Credit Suisse”, 09.abr.2014,
<https://www.infomoney.com.br/mercados/melhor-gestor-do-brasil-criara-a-verde-asset-em-parceria-com-o-credit-suisse/>
- [47] ClimaInfo, “IBAMA exonera diretor de proteção ambiental depois de operação antigarrimpo”, 22.ago.2022,
<https://climainfo.org.br/2022/08/22/ibama-exonera-diretor-de-protecao-ambiental-depois-de-operacao-ao-antigarrimpo/>
- [48] UOL, “Novo ministro do Meio Ambiente atuou em entidade ruralista por 23 anos”, 23.jun.2021,
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/23/novo-ministro-do-meio-ambiente-atuou-em-entidade-ruralista-por-23-anos.htm>
- [49] The Intercept Brasil, “Homem de Salles no Ibama aproveita carnaval e libera geral a exportação de madeira nativa”, 04.mar.2020,
<https://theintercept.com/2020/03/04/ibama-salles-exportacao-madeira-nativa/>
- [50] De Olho nos Ruralistas, “Políticos bolsonaristas assinam lobby da madeira”, 02.dez.2020,
<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/12/02/politicos-bolsonaristas-assinam-lobby-da-madeira/>
- [51] Poder 360, ““Sou psicopata”, diz presidente do Ibama ao ignorar reportagens”, 08.mai.2022,
<https://www.poder360.com.br/meio-ambiente/sou-psicopata-diz-presidente-do-ibama-ao-ignorar-reportagens/>
- [52] Folha de S. Paulo, “Presidente do Ibama ignora área técnica e autoriza empresa a desmatar mata atlântica”, 28.dez.2019,
<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/presidente-do-ibama-ignora-area-tecnica-e-autoriza-empresa-a-desmatar-mata-atlantica.shtml>
- [53] The Intercept Brasil, “Presidente do Ibama pressionou subalterno para liberar mineradora de ouro embargada”, 26.mar.2022,
<https://theintercept.com/2022/03/26/presidente-ibama-pressionou-subalterno-para-liberar-mineradora-de-ouro-embargada/>

- [54] Revista Piauí, “Novo chefe do Ibama trabalhava para desmatadores”, 01.abr.2022, <https://piaui.folha.uol.com.br/novo-chefe-do-ibama-trabalhava-para-desmatadores/>
- [55] Metrôpoles, “Marinho pede e Bolsonaro põe dono de serraria no Ibama do Pará”, 30.mar.2022, <https://www.metropoles.com/brasil/marinho-pede-e-bolsonaro-poe-dono-de-serraria-no-ibama-do-para>
- [56] O Estado Net, “Ex-superintendente da PF no Amazonas acusa senador Zequinha Marinho de interferência para liberação de madeira apreendida em Santarém”, 15.jun.2022, <https://www.oestadonet.com.br/noticia/21962/ex-superintendente-da-pf-no-amazonas-acusa-senador-zequinha-marinho-de-interferencia-para-liberacao-de-madeira-apreendida-em-santarem/>
- [57] The Intercept Brasil, “Presidente do Ibama pressionou subalterno para liberar mineradora de ouro embargada”, 26.mar.2022, <https://theintercept.com/2022/03/26/presidente-ibama-pressionou-subalterno-para-liberar-mineradora-de-ouro-embargada/>
- [58] Facebook Brasil, Página de Joaquim Passarinho, Publicação de 04.nov.2020, https://web.facebook.com/joaquimpassarinhooficial/posts/pfbid02Zv6z4yqLbVVK8jjqAZJdTjm6S2EtZ9CwxMarKcF5uDg4U6nk9pXBfnMfSTp4sFcCl?_rdc=1&_rdr
- [59] Carta Capital, “Garimpeiros ilegais circulam livremente pelos gabinetes de Brasília”, 13.jun.2021, <https://www.cartacapital.com.br/politica/garimpeiros-ilegais-circulam-livremente-pelos-gabinetes-de-brasilia/>
- [60] O Timoneiro, “Evento reúne membros da Juventude MDB Canoas e representantes municipais”, 14.mai.2019, <https://jornaltimoneiro.com.br/index.php/2019/05/14/evento-reune-membros-da-juventude-mdb-canoas-e-representantes-municipais/>
- [61] Matinal, “Menor, Ibama multa e atua cada vez menos no RS”, 17.set.2019, <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/menor-ibama-multas-e-atua-cada-vez-menos-no-rs/>
- [62] Estadão, “Chefe do Ibama no RS atropela área técnica e libera barcos irregulares”, 18.mar.2021, <https://www.istoedinheiro.com.br/chefe-do-ibama-no-rs-atropela-area-tecnica-e-libera-barcos-irregulares/>
- [63] Facebook Brasil, Página de Luis Carlos Heinze, Publicação de 09.fev.2019, <https://web.facebook.com/watch/?v=2505740149471146>
- [64] Facebook Brasil, Página de Luis Carlos Heinze, Publicação de 06.mai.2021, <https://web.facebook.com/heinzeoficial/posts/pfbid02uXsWaRBHSHKPwNcQMkfKVWD9HcsQPqRqUDFQyEvzV4qeQLLk8rDNb4C8CYy28Gil>
- [65] Facebook Brasil, Página de Neri Geller, Publicação de 13.ago.2021, <https://web.facebook.com/herigelleroficial/posts/pfbid02NkoTjSns88m7QZyn7VMeZDjEqZNIaFPSTIooabY1TVequDommlfupnSW4acj7Rtpl>
- [66] Congresso em Foco, “Ex-ministros criticam PL que flexibiliza Licenciamento Ambiental”, 10.mai.2021, <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/ex-ministros-criticam-pl-que-flexibiliza-licenciamento-ambiental/>
- [67] De Olho nos Ruralistas, “Acusados de desmatamento financiaram campanha de ruralista que coordena comissão de ambiente da FPA”, 24.mai.2019, <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/24/acusados-de-desmatamento-financiaram-campanha-de-ruralista-que-coordena-comissao-de-ambiente-da-fpa/>

- [68] Tribuna do Norte, “Após críticas do governador, superintendente do Ibama é exonerado”, 17.dez.2015, <https://www.tribunadonorte.com.br/noticia/apa-s-cra-ticas-do-governador-superintendente-do-ibama-a-exonerado/333358>
- [69] Blog Thaisa Galvão, “Robinson Faria anuncia novos nomes para o Governo”, 29.dez.2014, <https://www.thaisagalvao.com.br/2014/12/29/robinson-faria-anuncia-novos-nomes-para-o-governo/>
- [70] Facebook Brasil, Página de Efraim Filho, Publicação em 02.jun.2022, <https://web.facebook.com/efraimfilho/posts/pfbid02jcDEqza9e2Yun78DCUodEr5rcvnyg5iLd4atuggat4JjYZBkQmHxPjrw2vciMu1el>
- [71] Estadão, “Salles nomeia executivo sem experiência ambiental para chefiar Ibama em SC”, 30.jun.2020, <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,salles-nomeia-executivo-sem-experiencia-ambiental-para-chefiar-ibama-em-sc,70003349526>
- [72] ARAÚJO, S. M. V. G. Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in Bras. Political Sci. Rev. 14 (2), 2020.
- [73] RAJÃO, R.; Schmitt, J.; Nunes, F.; SOARES, B. Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal, Policy Brief, UFMG, 2021.
- [74] Tribunal de Contas da União, “Aumento do desmatamento e redução na aplicação de sanções administrativas”, 23.jul.2021, <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/aumento-do-desmatamento-e-reducao-na-aplicacao-de-sancoes-administrativas.htm#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20anos%2C%20em%20especial,da%20viol%C3%Aancia%20contra%20os%20fiscais.>
- [75] Observatório do Clima, “A conta chegou – O terceiro ano de destruição ambiental sob Jair Bolsonaro”, 01.fev.2022, <https://www.oc.eco.br/a-conta-chegou-o-terceiro-ano-de-destruicao-ambiental-sob-jair-bolsonaro/>
- [76] Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Nota Técnica nº 16/2020/CODEP/CGGP/DIPL, https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2021/09/2020-SEI_IBAMA-7681884-Nota-Tecnica-Concurso.pdf
- [77] Observatório do Clima, “Governo promete 740 fiscais, mas autoriza concurso para 157”, 06.set.2021, <https://www.oc.eco.br/governo-promete-740-fiscais-mas-autoriza-concurso-para-157/>
- [78] RAJÃO, R.; Schmitt, J.; Nunes, F.; SOARES, B. Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal, Policy Brief, UFMG, 2021.
- [79] Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Despacho nº 11996516/2022-GABIN, https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/arquivos/ojn/despacho_11996516_2022_ojn_06_e_ojn_27.pdf
- [80] Agência Pública, “Despacho de presidente do Ibama pode custar ao menos R\$ 3,6 bilhões à União”, 27.jun.2022, <https://apublica.org/2022/06/despacho-de-presidente-do-ibama-pode-custar-ao-menos-r-36-bilhoes-a-uniao/>
- [81] Greenpeace, Relatório de Inteligência - Principais ações antiambientais efetivadas pelo governo Bolsonaro, Julho 2022, <https://docs.google.com/document/d/1VyQs7Ta01rCBMwZlzo2Ow3vaQ2oQ8MD8ciBCWLaOSuw/edit>

[82] Terra de Direitos e FASE, “Programa Adote um Parque: privatização das áreas protegidas e territórios tradicionais”, Setembro de 2021,
<https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/af-adote-um-parque.pdf>

[83] Observatório do Clima, “A conta chegou – O terceiro ano de destruição ambiental sob Jair Bolsonaro”, 01.fev.2022,
<https://www.oc.eco.br/a-conta-chegou-o-terceiro-ano-de-destruicao-ambiental-sob-jair-bolsonaro/>

[84] Brasil de Fato, “Salles coloca 15% da Amazônia para “adoção” e deixa perguntas centrais sem resposta”, 12.fev.2021,
<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/12/salles-coloca-15-da-amazonia-para-adocao-e-deixa-perguntas-centrais-sem-resposta>

[85] Ministério do Meio Ambiente, Lista de Parques,
<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/adoteumparque/lista-de-parques>

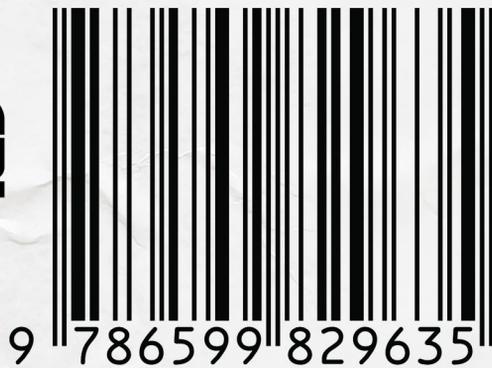


DE OLHO NOS RURALISTAS

Observatório do agronegócio no Brasil

ISBN: 978-65-998296-3-5

QR



9 786599 829635

-
-  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonoagro
 -  /deolhonosruralistas
 -  /deolhonosruralistas